



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

A MÍDIA COMO ATOR INTERNACIONAL:

COBERTURA DA IMPRENSA BRASILEIRA NA INTERVENÇÃO NA LÍBIA EM 2011

Daniel Eleone Fernandes

Brasília

2013

Daniel Eleone Fernandes

A Mídia como Ator Internacional:

COBERTURA DA IMPRENSA BRASILEIRA NA INTERVENÇÃO NA LÍBIA EM 2011

Monografia apresentada à Universidade de Brasília
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. David Renault

Brasília

2013

Daniel Eleone Fernandes

A Mídia como Ator Internacional:

COBERTURA DA IMPRENSA BRASILEIRA NA INTERVENÇÃO NA LÍBIA EM 2011

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo

Banca Examinadora

Prof. Dr. David Renault da Silva

Prof Dr. Fernando Oliveira Paulino

Prof. Dr. Sérgio Araújo de Sá

Janeiro / 2013

Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante.

(...)

Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra.

Darcy Ribeiro

*Aos meus pais, que me ensinaram
a ler o mundo e a andar sonhando sobre ele;*

*E a Darcy Ribeiro,
sem o qual os sonhos do meu mundo,
com certeza, teriam sido outros.*

AGRADECIMENTOS

À Claudia Eleone Fernandes e a José Armando Leite Fernandes, cúmplices de uma história. Entre estradas e mudanças, liberdade e crítica, alegria e dor, fizeram de seus obstáculos uma arte de viver. Se tiver sorte, chegarei, um dia, a ser como eles.

Aos meus amigos de Brasília e alhures, que foram minha família de coração, sem os quais esses anos acadêmicos teriam sido menos especiais. Como disse Voltaire, “todas as riquezas deste mundo não valem um bom amigo”.

À Nádia Chubaci, que sempre terá meu carinho e respeito por sua idoneidade e por amar alguém de fora da sua família como se dela fosse.

À Profa. Dione Moura, cujo apoio foi fundamental para minhas realizações e sonhos acadêmicos. Sua gaudiosa dedicação demonstra a capacidade do meio acadêmico de ser simultaneamente fraterno e competente.

À Profa. Sayonara Leal, pelo esforço e tempo dedicados à minha formação como jovem pesquisador. Seu trabalho despertou em mim uma curiosidade insaciável e apaixonante sobre as questões brasileiras, o que foi determinante para meu interesse em outras áreas.

Ao Prof. Fernando Paulino, por realmente acreditar nos alunos da graduação. O tripé universitário do ensino, pesquisa e extensão passam a fazer sentido com o valioso trabalho desse professor.

Ao Prof. Sérgio Sá, pelo impecável trabalho desenvolvido no jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação. Sinto como se tivesse sido esse professor a escrever, em meu currículo, o termo que também dá nome ao curso: “habilitação em jornalismo”.

Ao Prof. David Renault, por ter aceitado me orientar no último semestre como estudante de graduação e por ter contribuído para a realização desta monografia.

E à Universidade de Brasília, que me aceitou de todas as maneiras que uma instituição e um conjunto de pessoas podem aceitar e acolher um indivíduo. Espaço de realização dos meus sonhos de jovem e criação de novos para a vida afrente, certeza tenho de que serei um eterno orgulhoso e apaixonado pela UnB.

RESUMO

A proposta deste trabalho é investigar aspectos entre a mídia internacional e a imprensa brasileira. Grandes conglomerados de comunicação e agências de notícias – notadamente dos Estados Unidos e da Europa – parecem ter preponderância na configuração da seção de notícias internacionais de jornais brasileiros. Para entender essa estrutura, analisaram-se a origem das matérias, as fontes utilizadas e o enquadramento. Essa discussão parece ter certa relevância hoje, uma vez que a mídia tem sido, no meio científico, entendida como um emergente e talvez influente ator das relações internacionais desde os anos 1990. A análise da estruturação do noticiário durante a Intervenção na Líbia de 2011 nos mostrou que, além da existência de uma dinâmica informacional entre Estados Unidos e Europa com o Brasil, existe um fluxo relevante de informações entre o Brasil e a Líbia.

Palavras-chave: Comunicação Social; Relações internacionais; mídia internacional; correspondente; Intervenção na Líbia.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate some relations between the Brazilian press and the international media. Large media corporations and news agencies – notably in the United States and Europe – seem to prevail in shaping international news in Brazilian newspapers. In order to understand this structure, the origin, the sources and the framing of the news have been analyzed. This discussion appears to have some relevance nowadays, since the media has been seen in the scientific community as an emergent and, perhaps, influential actor in international relations since the 1990s. The analysis of the news' structure during 2011 military intervention in Libya has shown that, not only there is an informational dynamic between Europe, Brazil and the United States, but there is also a relevant flow of information between Libya and Brazil.

Keywords: communication; international relations; international media; news correspondent; Intervention in Libya.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E ORDENS MUNDIAIS (ADAPTADO E TRADUZIDO DE TEHRANIAN, 1996, P. 6)	33
TABELA 2 - FONTES REFERENCIADAS NAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELOS TRÊS PERIÓDICOS NACIONAIS (CAMARGO, P. 112).....	39
TABELA 3 - ORIGEM DAS MATÉRIAS DA FOLHA DE S. PAULO	45
TABELA 4 – ENQUADRAMENTO DAS MATÉRIAS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO.....	47
TABELA 5- FONTES UTILIZADAS PELA FOLHA DE S. PAULO.....	50
TABELA 6 - ORIGEM DAS MATÉRIAS DO ESTADO DE S. PAULO.....	52
TABELA 7- ENQUADRAMENTO DAS MATÉRIAS DO ESTADO DE S. PAULO	53
TABELA 8 – FONTES UTILIZADAS PELO ESTADO DE S. PAULO.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ORIGEM DAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (CAMARGO, 2008, P. 101)	36
GRÁFICO 2 - ORIGEM DAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (CAMARGO, 2008, P. 101)	36
GRÁFICO 3 - ORIGEM DAS MATÉRIAS PUBLICADAS PELO JORNAL O GLOBO (CAMARGO, 2008, P. 101)	36
GRÁFICO 6 - PORCENTAGEM DOS ENQUADRAMENTOS DO ESTADO DE S. PAULO (CAMARGO, 2008. P. 108)	38
GRÁFICO 6 - PORCENTAGEM DOS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL O GLOBO (CAMARGO, 2008, P. 108)	38
GRÁFICO 6 - PORCENTAGEM DOS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO (CAMARGO, 2008, P. 108)	38
GRÁFICO 7 - ORIGEM DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS O GLOBO, FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO	40
GRÁFICO 8 - ENQUADRAMENTO DAS MATÉRIAS DOS JORNAIS O GLOBO, FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO	40
GRÁFICO 9 - ORIGEM DAS FONTES DOS JORNAIS O GLOBO, FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO	41
GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS NA FOLHA DE SÃO PAULO E RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA.	44
GRÁFICO 11- ORIGEM DAS MATÉRIAS NA FOLHA DE S. PAULO	46
GRÁFICO 12 - ENQUADRAMENTO FOLHA DE S. PAULO	47
GRÁFICO 13- FONTES UTILIZADAS PELA FOLHA DE S. PAULO.....	49
GRÁFICO 14 - FONTES BRASILEIRAS NA FOLHA DE S. PAULO	49
GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS NO ESTADO DE S. PAULO E RELAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA	51

GRÁFICO 16- ORIGEM DAS MATÉRIAS DO ESTADO DE S. PAULO.....	52
GRÁFICO 17 - ENQUADRAMENTO DAS MATÉRIAS DO ESTADO DE S. PAULO	53
GRÁFICO 18 - FONTES UTILIZADAS PELO ESTADO DE S. PAULO	54
GRÁFICO 19 - FONTES BRASILEIRAS NO ESTADO DE S. PAULO	54
GRÁFICO 20 - PRODUÇÃO NACIONAL DA FOLHA E DO ESTADÃO	56
GRÁFICO 22 - FONTES DOS ALIADOS E FONTES DE GADDAFI NA FOLHA DE S. PAULO	61
GRÁFICO 21 - FONTES DOS ALIADOS E FONTES DE GADDAFI NO ESTADO DE S. PAULO	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. METODOLOGIA.....	15
2.1. COLETA DE DADOS	16
3. REFERENCIAIS TEÓRICOS: A MÍDIA NO JOGO DE TABULEIRO	19
3.1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
3.1.1. Construtivismo social	21
3.2. COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	23
3.2.1. “Efeitos limitados”	25
3.2.2. Agenda-setting.....	26
3.2.3. Newsmaking	28
3.3. MÍDIA E POLÍTICA INTERNACIONAL	30
3.3.1. Relações entre centro e periferia	32
4. O JORNALISMO E A GUERRA NO IRAQUE DE 2003	35
5. A IMPRENSA BRASILEIRA E A INTERVENÇÃO NA LÍBIA	42
5.1. HISTÓRICO.....	42
5.2. A IMPRENSA BRASILEIRA	44
5.2.1. Folha de São Paulo	44
5.2.2. O Estado de São Paulo	51
5.3. RESULTADOS E ABORDAGENS.....	57
5.3.1. O correspondente	57
5.3.2. A posição brasileira e o enquadramento político	59
5.3.3. Fluxo de informações da periferia à periferia	63
6. CONCLUSÃO.....	67
7. REFERÊNCIAS	70
8. ANEXOS	73

1. INTRODUÇÃO

*“A CNN é o sexto membro do Conselho de Segurança”
Boutros Boutros-Ghali, antigo Secretário-Geral da ONU*

A convergência mediática observada a partir da década de 1990 alterou significativamente o modo com o qual se tenta compreender os processos de comunicação social. O advento da internet, a crescente popularização dos aparelhos de TV e as melhorias tecnológicas têm rompido as barreiras anteriormente existentes para uma verdadeira comunicação global entre governos, instituições e indivíduos. Esse panorama é parte do fenômeno conhecido como globalização. Por se tratar justamente de um processo, a globalização, já na década de 2010, continua alterando questões substanciais no dia-a-dia das populações e também no campo científico.

No caso da Comunicação Social, estudos sobre a dinâmica da mídia como novo ator internacional nesse mundo globalizado têm começado a surgir – não só na própria área da Comunicação como, de maneira mais discreta, no campo das Relações Internacionais. É comum o uso da metáfora de que os atores internacionais – por exemplo, os Estados, a ONU, a OEA e os Chefes de Estado – se relacionam como num jogo de tabuleiro: assim como peças, movimentam-se eles em prol de determinado objetivo. Colocados antes de fora desse jogo, os meios de comunicação podem estar agora se tornando uma peça importante na movimentação de outros atores. Dessa maneira, torna-se relevante entender os processos e teorias relacionadas à mídia e suas relações entre si – no caso da dinâmica entre meios de comunicações de diferentes países – e com a sociedade.

Para avaliar e discutir o papel da mídia como ator internacional, precisamos, primeiro, compreender a maneira pela qual os meios de comunicações consubstanciam seu noticiário. Devido ao seu caráter de monografia, o presente trabalho se restringiu à cobertura da Intervenção na Líbia de 2011 para chegar a resultados e percepções preliminares.

No capítulo 2, apresentaremos a maneira pela qual foi construída a metodologia do trabalho. A hipótese, que foi alterada ao longo do processo, modificou a maneira de

encarmos o tema do trabalho. A ideia de procurar elementos que comprovem, ou não, o papel da mídia como ator internacional foi substituída pela seguinte percepção: considerando que a mídia é um ator internacional, as relações entre os meios de comunicação no mundo podem sofrer influência das estruturas de poder globais já consolidadas.

De modo a compreender melhor a maneira com a qual campos de conhecimento da Comunicação e das Relações Internacionais entenderiam a mídia como ator internacional, expusemos, no capítulo 3, o referencial teórico estudado das duas áreas. Esse referencial, somado aos dados coletados, é a base para o argumento final do trabalho.

Após a organização da coleta de dados de grandes jornais brasileiros que fizeram a cobertura da Intervenção, pudemos chegar a uma imagem mais acurada sobre o papel da mídia brasileira durante essa cobertura. O capítulo 5 explora os dois grandes jornais analisados como se fossem atores internacionais. Procura-se entender o modo com o qual o noticiário foi construído e as possíveis relações com os meios de comunicação do exterior.

Este trabalho de monografia é uma continuidade de trabalhos científicos produzidos sobre o tema da mídia como ator internacional. Para ter um ponto de partida e, de certo modo, uma base de comparação para as afirmações feitas ao longo das análises, exploramos, no capítulo 4, um trabalho da mídia como ator internacional na Guerra do Iraque de 2003. Apesar de servir como base, esse trabalho tem o campo das Relações Internacionais como lugar de fala. Procuramos oferecer, em alguns pontos, outra ótica aos dados coletados e às conclusões feitas por esse trabalho.

No fim do capítulo 5, chegamos a três resultados principais a partir do estudo do referencial teórico aplicado à análise de dados. Em relação à hipótese principal do trabalho, o ponto 5.3.3, sobre as relações políticas e mediáticas entre centro e periferia, é a conclusão principal a qual chegamos.

2. METODOLOGIA

O trabalho desta monografia se iniciou com a leitura de livros de teorias das Relações Internacionais (JACKSON, 2010; CARR, 2001) com o intuito de se buscar o papel da mídia nessa ciência. Em seguida, a leitura do livro de referência sobre o *construtivismo social* (WENDT, 1999), teoria das R.I. que entende a mídia como um ator internacional, ajudou na percepção de que se poderia estudar a mídia a partir de um viés acadêmico desse campo de estudos. Surge, então, a nossa hipótese de que “*os meios de comunicação influenciam as relações de poder entre países*”.

A partir da nossa hipótese, buscaram-se trabalhos acadêmicos para estabelecer um ponto de partida (GILBOA, 2005; IYENGAR, 1994; TEHRANIAN, 1996). A esses trabalhos, soma-se a revisão bibliográfica de obras da Comunicação Social (WOLF, 2008; MATTELART, 2004; MARTINO, 2009), campo de estudos de onde parte o nosso lugar de fala. Diferentes teorias e abordagens da Comunicação pareciam úteis para o trabalho, como *agenda-setting*, múltiplos estágios, *framing* e *newsmaking*. A multiplicidade de teorias nos levou ao desafio de descobrir qual seria mais interessante para o desenvolvimento da hipótese.

A reflexão em cima do referencial teórico de Relações Internacionais nos levou a textos mais objetivos sobre o construtivismo social, o que nos permitiu a discussão mais aprofundada da obra de Wendt (1999) e suas teorias sobre os “sistemas de formulações nacionais”, diretamente relacionados aos tomadores de decisão e estruturas, um conceito importante da teoria do construtivismo. Os resultados da discussão sobre o referencial teórico estão no capítulo 3.

As obras específicas e contemporâneas sobre mídia e política internacional (LIVINGSTON, 1997) mostraram, juntamente com obras previamente estudadas, que as guerras e as intervenções são eventos preferíveis para a análise da relação entre Comunicação Social e Relações Internacionais. A justificativa é a de que guerras e intervenções são tópicos de destaque nas relações entre países e, portanto, para as Relações Internacionais; recebem, além disso, cobertura extensa dos meios de comunicação de diversos países, o que os torna relevantes para a Comunicação Social. Por isso, guerras e intervenções são assuntos importantes para a análise em ambos os campos de conhecimento.

Juntamente com a hipótese formada a partir da leitura do referencial teórico e a descoberta de um tópico importante (*guerras e intervenções*) para a análise da hipótese, precisava-se de uma metodologia e de uma forma de coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho. As pesquisas mais contemporâneas nos ofereciam uma metodologia muito complexa e difícil de ser analisada nas possibilidades desta monografia. Os canais de televisão pareciam o meio preferencial para a análise das hipóteses relacionadas ao tema “*influência da mídia nas relações internacionais*”.

A leitura de uma dissertação de mestrado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (CAMARGO, 2008), mudou, sensivelmente, a forma de encarar a hipótese e o tema. A percepção de que a mídia seria um ator das relações internacionais e, por isso, influenciaria a relação de países foi revertida. A mídia seria um ator das relações internacionais e, por isso, *sofreria* influência direta das relações entre países. O foco de análise passa a ser o meio de comunicação e o seu conteúdo como reflexo das relações internacionais de poder. A hipótese, então, é reformulada: “*as relações de poder entre nações do mundo podem ser verificadas, também, nas relações entre os meios de comunicação de diferentes países*”.

Foi feita uma análise da obra de Camargo (2008), pois foi o trabalho encontrado que mais próximo parecia dos objetivos dessa monografia. Apesar de ter como lugar de fala as Relações Internacionais, Camargo tenta estabelecer uma conexão com a Comunicação Social; sua análise e sua conclusão, no entanto, ficam mais centradas na questão da análise do discurso e das relações internacionais. Malgrado existirem outras pesquisas com diferentes metodologias e coletas de dados, nenhuma nos pareceu tão relevante para o propósito desta pesquisa como a pesquisa de Camargo. Além do mais, a pesquisa foi feita na Universidade de Brasília, o que mostra um espaço existente no Instituto de Relações Internacionais para o estudo do papel da mídia e da Comunicação. Acreditamos ser interessante estimular esse tema de pesquisa na Faculdade de Comunicação, o que pode abrir um pretexto para futuras pesquisas nessa área interdisciplinar.

2.1. Coleta de dados

Camargo (2008) tenta verificar, com sua pesquisa, a influência e a relação existentes entre a imprensa brasileira e mídia internacional. Por não ter tido a

oportunidade de coletar dados de um grande jornal norte-americano ou europeu, parece-nos que Camargo tenha optado por realizar um trabalho focado na coleta de dados de jornais brasileiros para chegar a uma conclusão ou a uma confirmação de hipóteses. Para tanto, a pesquisa de Camargo coletou dados dos três maiores jornais tradicionais brasileiros (O GLOBO, Folha de São Paulo e Estado de S. Paulo) durante a Guerra do Iraque de 2003.

O capítulo 4 faz uma breve análise da pesquisa de Camargo e suas conclusões. Além de explicar a sua metodologia específica na coleta de dados, fizemos uma manipulação de seus dados para encontrar novas características da cobertura brasileira na Guerra do Iraque e para possibilitar a análise comparativa, feita no capítulo 5, com os dados da Intervenção na Líbia.

Os meios de comunicação escolhidos para análise da Intervenção na Líbia de 2011 foram a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, os dois jornais tradicionais com maior veiculação no ano de 2011 (dentre os que cobriram a Intervenção na Líbia). O período de análise foi de 18 de março de 2011, quando se inicia, oficialmente, a Intervenção na Líbia, aprovada pelo Conselho de Segurança, até o dia 27 de março de 2011, totalizando 10 dias de análise.

A metodologia utilizada na coleta de dados da Intervenção na Líbia foi dividida em três eixos:

- I. **Origem das matérias.** De acordo com a assinatura de cada matéria, verificou-se a procedência de seu conteúdo. O eixo foi subdividido em quatro subcategorias:
 - i. *Correspondente:* matérias escritas e devidamente identificadas como sendo de um correspondente ou enviado especial do jornal. Parte dos correspondentes são brasileiros produzindo matérias diretamente da Líbia, enquanto que outra parte dos correspondentes são brasileiros produzindo matérias sobre a Líbia nos Estados Unidos, na Europa ou em outro país;
 - ii. *Produção no Brasil:* matéria escrita por brasileiros em território nacional. Normalmente, são identificadas apenas com o nome do re-

pórter, da mesma maneira que as matérias de outras editorias do jornal.

- iii. *Tradução*: matérias traduzidas de um jornal estrangeiro;
- iv. *Agência de notícias*: conteúdo adquirido pelo jornal por meio de agências de notícias devidamente identificadas.

II. **Enquadramento.** Eixo de análise mais subjetivo. Procura-se determinar o foco de cada publicação de acordo com as quatro subcategorias abaixo. Algumas matérias, normalmente de dimensões maiores, foram enquadradas em mais de uma subcategoria:

- i. *Militar (Estados Unidos e OTAN)*: matérias com foco nas questões militares e estratégicas da Intervenção na Líbia pela ótica dos interventores. As poucas matérias militares sob a ótica dos rebeldes líbios também se enquadraram nessa categoria, pois eles foram apoiados pela OTAN;
- ii. *Militar (Líbia de Gaddafi)*: matérias relacionadas às estratégias de guerra e de defesa de Gaddafi e seu governo;
- iii. *Político*: questões políticas relacionadas à Intervenção. Aqui se enquadram as matérias relativas à ONU, ao governo brasileiro, às justificativas norte-americanas etc. De modo geral, são as matérias que não tem viés militar e nem social.
- iv. *Social*: matérias focadas na sociedade civil, normalmente na sociedade civil líbia.

III. **Fontes.** Nessa categoria foi levantada a quantidade de fontes utilizadas nas matérias. Como requisito para a contabilização de uma fonte, é necessário que se tenha utilizado suas aspas. Citações indiretas não foram contabilizadas. As fontes foram categorizadas em dez subcategorias discriminadas no capítulo 5.

O material analisado foi um conjunto de 96 matérias da Folha e do Estadão. O material da Folha foi conseguido pelo acervo *online* disponibilizado gratuitamente pelo jornal. As edições do Estadão foram conseguidas no *Centro de Documentação e Informação (CEDI)* da Câmara dos Deputados, em Brasília.

3. REFERENCIAIS TEÓRICOS: A MÍDIA NO JOGO DE TABULEIRO

Nesta seção desenvolveremos o referencial teórico da pesquisa. Baseamo-nos, principalmente, nos estudos interdisciplinares de Comunicação Social e Relações Internacionais. Para tanto, e de maneira a tornar mais inteligíveis as principais teorias da área, relatamos a evolução histórica dos dois campos de pesquisa. Restringimo-nos a essa perspectiva histórica antes de usar das teorias específicas que acreditamos serem as mais valiosas para a proposta desta monografia: o *construtivismo social* e a *agenda-setting*. A nomenclatura dessas duas correntes, que estão mais explicadas ao longo desta seção, é utilizada em todo o trabalho.

As hipóteses contemporâneas da Comunicação, em geral, são de fundamental importância para a compreensão da mídia como possível novo ator internacional. O estudo das transformações da mídia e da sociedade, tais como o surgimento das agências de notícias e de redes globais de comunicação, oferecem subsídios para uma formulação teórica que considere a mídia como ator relevante no novo cenário globalizado.

A maior quantidade de notícias veiculadas, juntamente com o consumo massificado de informação, contribui para a percepção de que a mídia tenha um papel relevante, de alguma forma, na estrutura que compõe as sociedades contemporâneas. Os trabalhos de Wendt (1999) e Tehranian (1996) desenvolvem o conceito de “sistemas de formulação nacionais”, associados, ou não, à esfera governamental, que agem sobre as estruturas e tomadores de decisões, influenciando-nos. Tais sistemas podem ser divididos em diferentes categorias; Tehranian assim o faz e considera “políticas da mídia” como um dos três tipos de sistema.

Apesar dessa abordagem teórica, que confere um relevante papel para os meios de comunicação na formação da opinião pública contemporânea de sociedades democráticas, é importante ressaltar a relativa ausência de estudos mais profundos que, de alguma maneira, comprovem essa influência da mídia e postura de ator internacional. Para correntes mais tradicionais das Relações Internacionais, tais como o realismo, a mídia não teria o poder ou força de influenciar o sistema internacional, sendo ainda os Estados e as Organizações Internacionais os principais atores que moldam e agem sobre a estrutura das sociedades democráticas no plano internacional.

Não propomos, neste trabalho, defender se a mídia é ou não realmente um ator internacional. Acreditamos que exista uma relativa influência exercida pela mídia

principalmente no que se refere à formação da opinião pública, mesmo que em escala nacional. Portanto, esta monografia parte do pressuposto de que a mídia internacional – à semelhança de um ator internacional – tem o poder de influenciar países em escala nacional. No caso do Brasil, procuramos encontrar vestígios dessa influência na cobertura de assuntos internacionais. De maneira contrária, podemos desenvolver a ideia de que essa influência não é, na verdade, determinante – o que, por sua vez, contribui para a formulação de que a grande mídia não seria verdadeiramente um ator internacional.

O antigo presidente norte-americano Woodrow Wilson, ao defender o liberalismo, acreditava que a opinião pública era uma força construtiva. Se acreditarmos que a percepção dos povos e a vontade democrática das nações são forças relevantes na formação do contexto internacional, torna-se mister a compreensão do papel da mídia nesse conjunto.

Novas questões como a formação de uma *opinião pública mundial* timidamente começam a serem discutidas pelo meio acadêmico; no entanto, por não encontrarmos um referencial teórico aprofundado para essas nomenclaturas mais ousadas, preferimos não colocá-las nesta monografia.

3.1. Relações Internacionais

Jackson (2010) descreve que o estudo das relações internacionais como disciplina acadêmica surge por volta da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) como resposta ao conjunto de desastres ocorridos naquele período. Os números de mortos e de destruição alcançaram patamares sem precedentes na história da humanidade, o que incentivou a procura de um entendimento mais profundo sobre a dinâmica entre países. “Por que a Guerra começou? Por que a Grã-Bretanha, a França, a Rússia, a Alemanha, a Áustria e a Turquia persistiram na continuação da guerra sem que houvesse grandes chances de se ganhar algo real do conflito?” (JACKSON, 2010, p. 31). Essa busca por explicações sobre as razões do conflito entre Estados a partir de suas interações uns com os outros inaugura a disciplina das Relações Internacionais.

Em 1917, os Estados Unidos entram na guerra e garantem a vitória das democracias contra os governos autocráticos. Em 1918, ano do fim da Grande Guerra, o presidente norte-americano Woodrow Wilson acredita ter a “missão de levar os valores democráticos e liberais para a Europa e para o resto do mundo” (JACKSON, 2010, p. 31). Foi a partir dessa premissa que o presidente lançou os “14 Pontos de Wilson” no

Congresso norte-americano. Esse programa, que previa uma organização internacional regulada por regras comuns de direito internacional (a Liga das Nações) influenciou o início dos estudos das Relações Internacionais, com viés essencialmente liberal.

O liberalismo de Wilson era baseado na premissa de que os “seres humanos são racionais, e quando aplicam a razão nas relações internacionais podem se organizar de maneira benéfica para todos” (JACKSON, 2010, p. 33). Já nos anos 1930, o liberalismo wilsoniano já não se mostrava suficiente para explicar a dinâmica entre Estados. Surge, em 1939, a obra de E.H. Carr (2001), fazendo uma dura crítica ao liberalismo.

A crítica de Carr (2001) defendia que os liberais “erroneamente acreditavam que as relações poderiam ser baseadas em uma harmonia de interesses entre países e povos. (...) Nós devemos assumir que existem conflitos de interesse profundos entre Estados e pessoas” (JACKSON, 2010, p. 36). Surge, a partir daí, a segunda corrente de pensamento das relações internacionais: o realismo.

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) mostrou as falhas do liberalismo dito utópico. A corrosão dos valores liberais que culminaram na guerra deu impulso ao realismo, que acabou sendo entendido como “o melhor método para entender as relações de poder na Europa dos anos 1930 e na política mundial dos anos 1940” (JACKSON, 2010, p. 38). Jackson explica ainda que “o liberalismo utópico dos anos 1920 e o realismo dos anos 1930-1950 representam as duas posições em disputa no primeiro grande debate das relações internacionais” como ciência.

Nos anos de Guerra Fria, o realismo continuou tendo força por parecer a melhor abordagem para se explicar a política internacional. No entanto, novos atores internacionais – como a Organização das Nações Unidas – e novas modalidades de cooperação foram alguns dos pretextos para o surgimento de novas teorias para o estudo das relações internacionais. O próprio realismo, assim como o liberalismo, passaria por mudanças em suas abordagens para se adaptar aos novos contextos pelo qual o sistema internacional passava. Dentre essas novas correntes de pensamento, a que acreditamos mais atender aos objetivos deste trabalho é a do construtivismo social.

3.1.1. Construtivismo social

A abordagem do construtivismo nas relações internacionais surge nos anos 1980, inserida no contexto de fim da Guerra Fria e dissolução da União Soviética. Alexander Wendt (1999), um dos seus principais expoentes, modifica alguns dos questionamentos colocados na origem das relações internacionais: “o que causa o quê?

depende em grande parte em como respondemos *o que está lá?* e *como devo estudar isso*” (WENDT, 1999, p. 5).

Uma das mais importantes premissas do construtivismo é a de que “o sistema é constituído por ideias, não por forças materiais. É uma criação ou invenção humana, não de natureza física ou material, mas puramente intelectual e ideal” (JACKSON, 2010, p. 160). Isso quer dizer que um Estado não é exatamente o seu corpo militar ou industrial. “Ninguém pode ‘ver’ o Estado ou o sistema internacional” (WENDT, 1999, p. 5). Países não podem ser analisados somente por sua força física ou econômica. A questão social e das ideias, para os construtivistas, é uma das determinantes para que se entenda a maneira com a qual o sistema internacional se modifica. “Estados são criações artificiais, assim como o sistema de Estados; é feito pelo homem, por isso, pode ser alterado e desenvolvido para novos caminhos” (JACKSON, 2010, p. 162).

De maneira a facilitar a compreensão da lógica construtivista, Emanuel Adler (1997) defende que as nações, países ou indivíduos não reagem inteiramente de maneira racional, mas de acordo com seu “conhecimento compartilhado do significado coletivo que eles atribuem à situação”. Dessa maneira,

“suponha que você arremesse uma pedra ao ar. Ela pode ter apenas uma resposta às forças físicas externas que agem sobre ela. Porém, se você arremessar um pássaro ao ar, ele pode voar para uma árvore. Embora as mesmas forças físicas ajam sobre o pássaro e a pedra, uma quantidade massiva de processamento interno de informação afeta o comportamento do pássaro (Waldrop, 1992). Finalmente, pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente os arremesse ao ar. Para onde, como, quando e por que eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos (...)”. (ADLER, 1997).

Logo, para se entenderem os países imersos em relações internacionais, é preciso entendê-los como culturas e identidades, com sistemas internos e formulações nacionais. De acordo com Jackson (2001, p. 174), só entendendo dessa maneira os Estados é que se podem definir interesses e políticas que esses países tomam e defendem no campo internacional. Dessa maneira, torna-se importante a reflexão sobre quem são os “sistemas de formulações internos de cultura e identidade”. Afinal, “o fenômeno cultural é tão objetivo e real quanto o ‘poder’ e o ‘interesse’” (WENDT, 1999, p. 136). A Figura 1 tenta esquematizar a relação entre os três elementos.

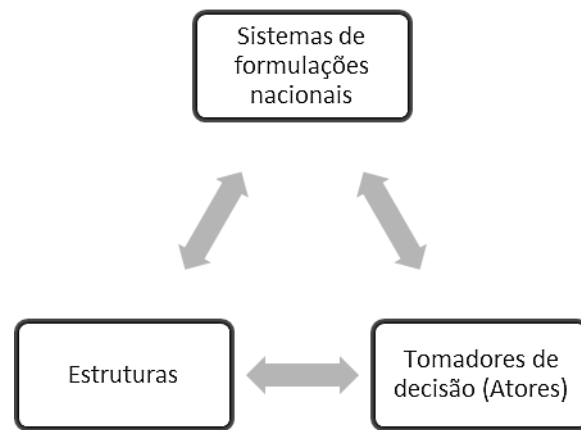


Figura 1 – Relações entre elementos da teoria construtivista (baseado em WENDT, 1999)

“Estruturas guiam e limitam atores, mas atores também podem transformar estruturas pensando e agindo sobre elas de novas maneiras” (JACKSON, 2010, p. 161). A referência a “atores” nessa frase pode estar tanto direcionada aos “tomadores de decisão” quanto aos “sistemas de formulação nacionais”. Isso nos leva a crer que há uma relação entre esses três elementos (Figura 1), de tal modo que os “sistemas de formulação nacionais de cultura e identidade” adquirem relevante importância para o entendimento das relações entre “tomadores de decisão” e “estruturas”.

Para tanto, cumpre desenvolver uma breve abordagem da evolução das teorias de comunicação. Os “sistemas de formulação nacionais de cultura e identidade” serão mais explicados no *ponto 3* com base nos trabalhos de Tehranian (1996).

3.2. Comunicação Social

Os estudos da comunicação começaram no entreguerras do século XX. Uma das obras pioneiras que iniciaram a pesquisa da corrente do *mass communication research* foi a obra de Harold Lasswell, *Propaganda in the World War* (1927). Lasswell tenta compreender a maneira com a qual os instrumentos de comunicação se tornam ferramentas essenciais para a “gestão governamental das opiniões” (MATTELART, 2004, p. 37). Esses instrumentos sobre os quais se refere Lasswell são, principalmente, os telégrafos, telefone, cinema e rádio.

Com a crise de 1929 e a aproximação da Segunda Guerra Mundial, os estudos de comunicação de massa ganham um novo impulso. Com a ascensão dos regimes totalitários ao poder, Lasswell estuda o surgimento “das estratégias de propaganda das potências do Eixo, de um lado, e da União Soviética e do Komintern, de outro” (MATTELART, 2004, p. 39). Conforme novas publicações sobre a mídia começam a surgir, “numerosas obras contribuem para alimentar a ideia de mídia e propaganda todo-

poderosas” (MATTELART, 2004, p. 38), justamente em um contexto de expansão do uso das comunicações de massa.

É nesse período histórico de “novidade do próprio fenômeno das comunicações de massa e (...) a conexão desse fenômeno com as trágicas experiências totalitárias” (WOLF, 2008, p. 5) que surge a futuramente denominada *teoria hipodérmica*. Ela tenta responder, segundo Wolf, “qual efeito tem a mídia numa sociedade de massa”.

As “variantes” que podem ser encontradas no conceito de “sociedade de massa” são muitas: o pensamento político do século XIX, de cunho conservador, ressalta na sociedade de massa o resultado da crescente industrialização, da revolução nos transportes, no comércio, da difusão dos valores abstratos de igualdade e liberdade. Esses processos sociais determinam a perda de exclusividade por parte das elites, que se encontram expostas às massas. (WOLF, 2008, p.6).

A teoria hipodérmica, por acreditar que os indivíduos são isolados, coloca os meios de comunicação como “manipuladores” da “sociedade de massa”, pois essa sociedade teria contato com o mundo apenas a partir das mensagens e conteúdos provenientes dos meios. Segundo a teoria hipodérmica, “cada indivíduo é um átomo isolado que reage sozinho às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados” (MILLS, 1963, p.203 *apud* WOLF, 2008, p.9). Em suma, a teoria hipodérmica nos levava a crer que “se uma pessoa é atingida pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, induzida a agir” (WOLF, 2008, p. 11).

Quando a teoria hipodérmica se consolidou como paradigma concreto de pesquisa, seus próprios pressupostos deram lugar a resultados que contradiziam sua elaboração fundamental. A audiência se mostrava intratável. A comunicação podia revelar-se desprovida de efeitos ou apresentar efeitos opostos aos previstos. A superação e a inversão da teoria hipodérmica ocorreram ao longo de várias diretrizes, associadas a diferentes campos de conhecimentos tais como a sociologia e psicologia. Elas ilustram o desenvolvimento da pesquisa que conduziu ao abandono da teoria hipodérmica inicial.

Acreditamos convir a essa monografia apresentar a “abordagem empírica em campo” (ou “dos efeitos limitados”) antes de usar de teorias contemporâneas de comunicação para o propósito dessa pesquisa – as teorias da “agenda-setting” e do “newsmaking”.

3.2.1. “Efeitos limitados”

A teoria dos “efeitos limitados” leva também o nome de “abordagem empírica de campo” por estar mais preocupada com o contexto em que se insere uma determinada comunicação. Não necessariamente faz referência aos efeitos que tem os meios de comunicação de massa, “mas fenômenos mais amplos, ou seja, os processos de formação de opinião dentro de determinadas comunidades sociais” (WOLF, 2008, p. 37).

Por meio desse recorte, a teoria fala de uma “*influência*” exercida pelos meios, e não de uma *manipulação* como na teoria hipodérmica. A referência para esses estudos é a obra “*The People’s Choice. How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*” (1948), de Paul Lazarsfeld. Surge, a partir de seus estudos, o fluxo de comunicação em dois estágios (ou *two-step flow of communication*), que identifica indivíduos mais interessados e menos interessados em um contexto social.

Os indivíduos mais interessados, chamados de “líderes de opinião”, teriam influência atuando como “mediadores entre os meios de comunicação de massa e os outros indivíduos menos interessados” (WOLF, 2008, p. 39). A ideia é a de que esses líderes de opinião estariam com mais acesso à informação e aos meios de comunicação, o que os leva a influenciar os indivíduos com menos. “[O modelo dos dois estágios] se colocava contra uma forte tendência da época, ao afirmar que as comunicações feitas por meios de comunicação de massa não seriam diretas, como se supunha antes” (MARTINO, 2009, p.2).

Um conhecido modelo gráfico para estudantes e pesquisadores de comunicação ajuda a entender a lógica de Lazarsfeld:

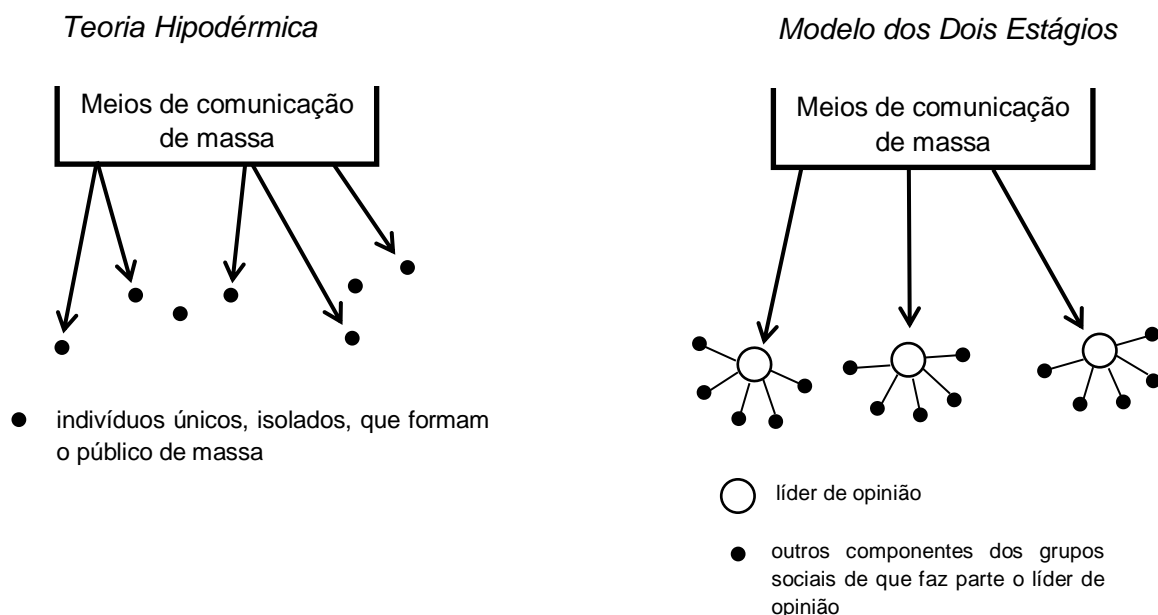


Figura 2 – Teoria hipodérmica e modelo dos dois estágios. Baseado em WOLF, 2008, p. 39. (citado por Katz – Lazarsfeld, 1955).

Por meio do Modelo dos Dois Estágios, compreendemos que a influência pessoal – no caso, dos líderes de opinião –, é parte do processo comunicacional. Dessa maneira, entendemos que não está a mídia se comunicando com um público uniforme e isolado (como no modelo da teoria hipodérmica), mas com um contexto mais complexo e heterogêneo. Nessa situação, os indivíduos sofrem “efeitos limitados” a partir da mensagem veiculada pelos meios de comunicação.

A teoria dos “efeitos limitados” faz surgir uma nova e importante variável para compreender a comunicação de massa: a opinião pública. “O líder de opinião e o fluxo de comunicação em dois níveis [dos meios para os líderes de opinião, e desses para os indivíduos] são, portanto, apenas uma modalidade específica de um fenômeno de ordem geral: na dinâmica que produz a formação da opinião pública” (WOLF, 2008, p. 40).

3.2.2. *Agenda-setting*

O estudo contemporâneo de comunicação passou por diversas mudanças em relação às teorias “clássicas”. Essas últimas entendiam os processos de comunicação normalmente como assimétricos e com objetivos intencionais, por exemplo. Atualmente, “esse paradigma apresenta-se profundamente modificado (...), ou seja, passou-se dos efeitos entendidos como *mudanças a curto prazo* para efeitos entendidos como *consequências de longo prazo*” (WOLF, 2008, p. 138).

Nesse novo entendimento sobre os estudos de comunicação social, surge a hipótese do *agenda-setting*. Para entendê-la, Shaw explica que

“a hipótese da agenda-setting não sustenta que a mídia tenta persuadir (...). Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião a discutir (...). A asserção fundamental da agenda-setting é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa”. (Shaw, 1979. In: WOLF, 2008, p. 143).

A agenda-setting se baseia no conceito de “imagem”, que está relacionado ao de “realidade social”, citado no parágrafo de Shaw. O que se defende com essa hipótese é que a mídia tem um papel relevante na formação da percepção pública sobre o que seria a realidade. Essa afirmativa pode ser facilmente assimilada ao considerarmos que a maior parte do que um indivíduo sabe sobre o mundo não lhe veio pelo empirismo ou vivência física, mas por processos de comunicação (leituras, imagens, conversas). O que a hipótese da agenda-setting vai defender, a partir desse entendimento, é que os meios de comunicação de massa tem um papel relevante na formação da nossa percepção da realidade. O termo *agenda-setting* surge do ponto central da hipótese: a mídia, por meio de imagens da realidade, influencia a agenda de assuntos do público. No entanto, “a formação da agenda do público torna-se o resultado de algo muito mais complexo do que a ‘simples’ estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte da mídia” (WOLF, 2008, p. 153). Diferentes variáveis entram nesse processo e ajudam a dar maior precisão ao processo de *agenda-setting*. Uma dessas variáveis é a “experiência direta”. Wolf diz que “a experiência direta, imediata e pessoal de um problema torna-o suficientemente saliente e significativo, a ponto de atenuar, em segundo plano, a influência cognitiva da mídia” (2008, p. 156).

A hipótese do *agenda-setting* é uma ferramenta para a compreensão, nesse trabalho, da influência exercida pela mídia nos contextos de guerra. De acordo com a lógica dessa teoria, não importa a porcentagem de enquadramentos ou de fontes utilizadas pelo jornal no contexto da guerra, pois a questão principal é que aquela guerra está, agora, na agenda do público.

3.2.3. *Newsmaking*

Assim como a hipótese da *agenda-setting*, outra área contemporânea dos estudos de comunicação é a da sociologia dos emissores. Wolf explica que “(...) com algumas exceções, a sociologia dos emissores concerne, na realidade, essencialmente aos produtores de notícias” (2008, p. 182). Isso quer dizer que essa área de pesquisa está focada no indivíduo que inicia o processo da comunicação de massa – o emissor –, seja ele jornalista ou não. Essa corrente de estudo vai culminar, como se verá adiante, na abordagem do *newsmaking*.

Dentre toda a quantidade de informação existente, apenas parte dela tem espaço na transmissão dos meios para o público. A sociologia dos emissores foca o emissor (indivíduo) que seleciona esse material de comunicação que será repassado. Esse momento de seleção é o que Wolf chama de “zonas-filtro” que, por sua vez, são controladas por *gatekeepers*: “um indivíduo ou um grupo que tem o poder de decidir se deixa passar ou interrompe a informação” (LEWIN, 1947 *apud* WOLF, 2008, p.184).

As justificativas usadas para essa seleção são muitas: falta de espaço, sobreposição com histórias já selecionadas ou até mesmo falta do interesse jornalístico, por exemplo. Há diversas outras explicações e justificativas para o modo como ocorre essa dinâmica de seleção nas zonas-filtro – e são elas parte da corrente da sociologia dos emissores.

Contudo, o que mais nos interessa para esse trabalho é a abordagem do *newsmaking*, que tem origem nessas pesquisas dos emissores. “Qual imagem do mundo passam os noticiários radiotelevisivos? Como essa imagem se correlaciona com as exigências cotidianas da produção de notícia das organizações radiotelevisivas?” (WOLF, 2008, p. 185). Wolf diz que “essas perguntas definem o âmbito e descrevem os problemas com os quais se ocupa a abordagem do *newsmaking*” (2008, p. 185). Essa abordagem procura entender o contexto no qual está inserido o comunicador (redação de um jornal, agência de notícias, governo etc.) e os seus valores (construídos sociológica ou psicologicamente, por exemplo) para analisar de que maneira esses fatores influenciam a produção de notícias.

A abordagem do *newsmaking* é justamente a percepção de que há uma pessoa ou grupo por trás da notícia. Consequentemente, a produção da informação é sujeita a valores pessoais, visões de mundo do comunicador e as rotinas de produção, mesmo que esteja ele buscando ao máximo a imparcialidade e a objetividade – valores tão caros ao jornalismo. Esse entendimento ajuda na análise da produção de notícias no contexto de guerra sob a ótica do emissor.

Ainda dentro do *newsmaking*, o estudo que essa abordagem faz das agências de notícias pode também ser de ajuda para a evolução desse trabalho.

3.2.3.1. Agências de notícias

As agências de notícia são um elemento de grande importância na análise do jornalismo, principalmente após a intensificação do processo de globalização dos anos 1990. “A informação cotidiana (especialmente radiotelevisiva) é cada vez mais e necessariamente uma informação de agência, no qual o núcleo fundador é constituído justamente por essas fontes ‘anônimas’, que nos noticiários e nos jornais raramente aparecem como origem efetiva do que é comunicado” (WOLF, 2008, p. 244).

Em outras palavras, isso quer dizer que as informações de agência dificilmente produzem uma notícia do lugar em que estão sediadas. Haveria certo distanciamento geográfico (e talvez cultural) entre a origem de uma agência de notícia e o lugar no qual ocorreria o *fato* a ser relatado. Wolf desenvolve, ao adicionar a variável econômica da comparativa de Golding-Elliott, que

“não obstante as diferenças de avaliação sobre a fidedignidade e a credibilidade de cada uma das grandes agências supranacionais (Associated Press, United Press International, americanas; Agence France Presse, francesa; Reuter, inglesa; Tass, soviética), as agências constituem e são consideradas fontes literalmente insubstituíveis, que não se podem dispensar por motivos econômicos (...) O custo dos correspondentes no exterior é infinitamente mais elevado do que a filiação a uma agência” (GOLDING-ELLIOTT, 1979 *apud* WOLF, 2008, p.245).

Somando-se ao fator econômico o relativo baixo número de agências supranacionais de informação, poderíamos pensar numa “uniformização da notícia”. No contexto da “zona de filtro” da abordagem do *newsmaking*, “a seleção pode ser feita apenas a partir do material disponível (...). A uniformidade é inevitável, uma vez que três ou quatro agências fornecem a base para a cobertura das notícias externas em qualquer redação de todo o mundo”. Golding-Elliott, como conclusão de sua pesquisa, afirma que

“as agências de notícia (...) enfatizam mais a tendência à programação do trabalho (para cobrir acontecimentos já previstos) do que o jornalismo de pesquisa, de ‘descoberta’ dos fatos, de aprofundamento dos eventos e de seus contextos” (1979 *apud* WOLF, 2008, p. 245).

Em suma, nesse curto subcapítulo procuramos expor a relevância das agências de notícias no mundo contemporâneo e abordar de que maneira a abordagem do *newsmaking* as entende. “Na raiz da maioria das notícias que consumimos cotidianamente, encontram-se, portanto (direta e indiretamente), as agências” (WOLF, 2008, p. 246).

3.3. Mídia e política internacional

Os estudos interdisciplinares entre Comunicação Social e Relações Internacionais só recentemente têm começado a receber uma maior atenção pelo meio acadêmico. A rápida evolução nas comunicações a partir da globalização dos anos 1980 e 1990 tem colocado empresas de comunicação transnacionais como um ator relevante na formação da percepção pública sobre eventos ocorridos em todo o mundo, pois “eventos de uma região afetam áreas de interesse em outros Estados, mesmo os que estejam muito distantes geograficamente” (GILBOA, 2005).

Para Gilboa (2005), é nesse contexto que “na Guerra do Golfo (1990-1991), a CNN emergiu como um ator internacional, pois suas emissões influenciaram diversos setores das relações internacionais, tais como a economia, cultura, opinião pública, política e diplomacia”. O advento da mídia como uma variável no tabuleiro internacional da relação entre Estados pode ter alterado, inclusive, o próprio modo de se pensar as relações internacionais, mesmo que ainda faltem evidências para o meio acadêmico validar os efeitos da mídia nesse cenário (GILBOA, 2005).

Pode-se enxergar uma integração entre teorias como o liberalismo e realismo para a discussão e entendimento de novos temas das relações internacionais. “A liderança política (...) tem aumentado em grandes debates como o colonialismo, desenvolvimento, população, meio ambiente, armas nucleares, direitos humanos, feminismos, minorias etc.” (TEHRANIAN, 1996). A comunicação global está, assim, associada à integração teórica:

“Global communication has thus historically broadened and deepened the parameters of discourse from Realism to Liberalism, Marxism, Communitarianism, and now Postmodernism. Each school of thought has had to respond to the concerns of new layers of the international community as they have emerged from conditions of oppression and silence. International relations theory has thus progressively incorporated the new democratic claims for equality, self-determination, and cultural identity.” (TEHRANIAN, 1996).

Tehranean (1996), ao construir um cenário teórico convergente entre Relações Internacionais e Comunicação, elabora três vetores que seriam os formadores da estrutura da esfera pública, à qual ele relaciona diretamente (como sinônimos) a opinião pública e a vontade democrática. A figura abaixo é uma simplificação da taxonomia de Tehranian. Nota-se a influência de Wendt (1999) no trabalho de Tehranian, por considerar as políticas culturais, de informação e mídia como determinantes da esfera pública. Acreditamos que Tehranian (1996) aprofunda o conceito “sistemas de formulações nacionais” de Wendt, dividindo-nos em três variáveis.

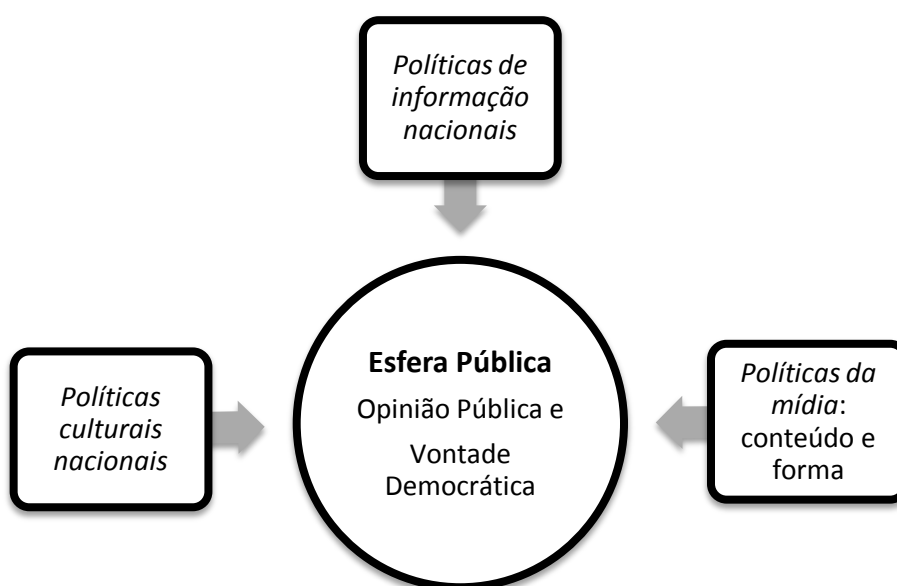


Figura 3 - Taxonomia da Comunicação e Políticas de Informação (baseado em TEHRANIAN, 1996).

As três variáveis – Políticas de informação nacionais, Políticas culturais nacionais e Políticas da mídia – são explicados e desenvolvidos por Tehranian (1996). A seguir, desenvolvemos de maneira simplificada a construção teórica de cada um deles.

- a. *Políticas culturais nacionais.* A política cultural está relacionada ao modo com que um país se define. Tal definição é construída a partir da herança cultural, valores e objetivos de uma determinada sociedade. A diversidade cultural define, hoje, a maior parte das democracias, principalmente ocidentais. Isso não impede, contudo, a formação de uma unidade nacional dos países. No caso do Brasil, o gaúcho, o cearense ou amazonense são, no fim das contas, parte de uma mesma cultura nacional: a brasileira. Essa percepção contribui para a formação da vontade democrática ou opinião pública, uma

vez que a identificação formal do “ser brasileiro” seria a mesma em todo o território nacional. Grandes jornais e canais de televisão brasileiros, codificados pela língua portuguesa (e, por isso mesmo, compreensíveis a qualquer brasileiro), possuem uma circulação que perpassa grande parte do território do Brasil.

- b. *Políticas de informação nacionais.* As políticas de informação fazem parte do dilema, atual em sociedades democráticas, de conciliar a liberdade de informação com a segurança nacional e com os direitos de privacidade. Em países com liberdade de expressão, as políticas de informação nacionais não evocam mais uma grande discussão. A opinião pública, intimamente relacionada à vontade democrática, depende da própria liberdade de expressão para existir. No mundo digital, no entanto, tem-se observado uma crescente regularização (num ambiente originalmente anárquico), o que diminui a completa liberdade de seus usuários. Essa nova controvérsia, relacionada às políticas de informação nacionais, está na pauta de discussão de muitos países democráticos.
- c. *Políticas da mídia.* De acordo com Tehranian (1996), as políticas da mídia são, de certa maneira, reflexo nas políticas de cultura e informação nacionais. Como não há uma política central de mídia (como existe política central de um Estado), a variedade de atores da mídia e suas respectivas políticas acabam por se refletir na pluralidade de políticas de mídia. Por isso, torna-se difícil entender a “mídia” como um ator internacional com interesses e objetivos específicos. Esse é um desafio para as análises relacionadas à mídia no campo das relações internacionais: compreender a multiplicidade de meios de comunicação e, mesmo assim, analisá-los a partir de um recorte.

Na próxima subseção, abordaremos a relação da mídia com política internacional numa abordagem centro-periferia.

3.3.1. *Relações entre centro e periferia*

Os meios de comunicação ao longo da história podem oferecer um retrato da dinâmica de domínio entre um poder central e os ambientes nos quais tal poder é exercido. Procuraremos, com base em Tehranian, explorar as relações entre *poder* e

mídia numa abordagem em que o segundo seria um reflexo do primeiro. Nesse sentido, as estruturas de relação de poder acabam por se caracterizar como tais, em determinado período histórico, também devido aos meios de comunicação presentes no período.

A tabela 1 abaixo, traduzida de Tehranian (1996), mostra a relação entre tecnologias de comunicação e ordens mundiais em cada período histórico.

Período	Comunicação e sistemas de controle	Ordens mundiais
550 a.C.	Sistema postal equipado de estações de retransmissão com cavaleiros	Império Persa
500 a.C.	Sistema postal	Império Chinês
350 a.C.	Sinalização de fogo e voz	Império Grego
a.C. – 1259 d.C.	Sistema de estradas do centro para a periferia (cerca de 90 mil milhas)	Império Romano
632 – 1259	Correio de superfície por meio de cavalos e correio aéreo transportado por pombo	Impérios Islâmicos
1500 – 1970	Imprensa	Impérios Europeus
1844 - 1914	Telégrafo	Império Britânico
1900 – 1945	Rádio	Competição entre Impérios
1945 – 1989	TV, satélites, computadores e Internet	Sistema bipolar (Estados Unidos e União Soviética)

Tabela 1 - Tecnologias de comunicação e ordens mundiais (adaptado e traduzido de TEHRANIAN, 1996, p. 6)

Exemplos nos mostram que a imprensa, que começou a ser utilizada na Europa após a formação dos Estados nacionais, teve um papel de suma importância na formação desses Estados ao criar uma opinião pública e dotar a sociedade civil de um poder que antes não lhe era acessível. A Revolução Francesa (1789) é um exemplo de mudança do *status quo* ocasionado, em grande parte, pela discussão de ideias iluministas na imprensa. No Brasil, a abolição da escravidão dividiu jornais e colocou a questão da escravidão na pauta de discussões da sociedade civil e do poder público.

Esses exemplos são, fundamentalmente, relacionados ao uso da mídia pelo que chamaremos aqui de *periferia* em direção ao *centro*. A imprensa teria servido para inverter o fluxo de decisões e opiniões que fluíam tradicionalmente de um *centro* para a

periferia. No entanto, a criação de novos meios de comunicação ao longo da história frequentemente serviram para reforçar ou potencializar o fluxo de poder em sua acepção clássica, do *centro* para a *periferia*. O uso do telégrafo, no século XIX, e do rádio, na Segunda Guerra Mundial, são exemplos de inovações tecnológicas que ampliaram esse fluxo clássico de poder. É o que explica Tehranian:

“Sem um comando, comunicação e controle confiáveis, os poderes do centro não conseguem efetivamente administrar suas periferias. No entanto, todo sistema de comunicação também fortalece as periferias. A imprensa, por exemplo, facilitou a política de hegemonia do Ocidente a partir do Século XV, mas a propagação dessa tecnologia também deu um poder crescente a resistências de movimentos nacionalistas por todo o mundo”. (Tradução livre – TEHRANIAN, 1996, p. 6).

Essas reflexões podem ajudar na análise dos resultados a serem obtidos na coleta de dados da Intervenção na Líbia de 2011. A abordagem de influência centro-periferia pode ajudar na compreensão da influência da mídia internacional no noticiário brasileiro. Na seção 3, veremos os resultados obtidos por Camargo (2008) na análise de tal influência a partir da Guerra do Iraque. Os resultados já podem apontar para, talvez, uma nova relação entre centro-periferia que se verifica dentro da própria mídia, reflexo da multiplicidade de meios de comunicação e da possível hierarquização, o que dificulta um entendimento da “mídia” como ator internacional.

4. O JORNALISMO E A GUERRA NO IRAQUE DE 2003

Os maiores meios de comunicação e agências de notícias do planeta são, generalizadamente, dos países industrializados desenvolvidos do Norte. No caso dos Estados Unidos, parte estratégica de suma importância nos conflitos bélicos contemporâneos em relações internacionais, é de se esperar que haja relevante produção jornalística voltada para a cobertura dos conflitos em que esse ator esteja envolvido. Como o Brasil, um país com liberdade de imprensa e expressão, relata esses mesmos grandes conflitos em sua imprensa nacional?

Camargo (2008), em *Ecos do Frigor*, analisa a influência do discurso da mídia internacional na imprensa brasileira durante a Guerra do Iraque de 2003. Tal estudo, por sua própria gênese, sugere uma diferenciação na análise do noticiário internacional veiculado no Brasil daquele de outras partes do mundo. As conclusões de Camargo apontam para o fato de que o Brasil não possui uma produção independente de notícias de outras partes do mundo em conflitos bélicos. Camargo utiliza quatro principais eixos de formação de dados:

- i. *Origem das matérias*: se os artigos publicados pelos jornais eram (a) traduções de jornais estrangeiros; (b) matérias produzidas por enviados especiais do próprio jornal brasileiro; ou de (c) agência internacional.
- ii. *Enquadramento (framing)*: determinação sobre o foco da matéria, podendo ele ser (a) militar na perspectiva americana; (b) militar na perspectiva iraquiana; (c) social – consequências da Guerra para sociedade civil; e (c) política – implicações da Guerra para outros países / relações de poder.
- iii. *Fontes citadas nas matérias*: americanos, iraquianos, TVs ocidentais ou orientais (com referência a reportagens ou imagens) etc.
- iv. *Editoriais dos jornais*: apesar de estarem fora da seção *Mundo*, os editoriais também foram analisados. Camargo os dividiu principalmente como os que relatam ou opinam sobre a (a) condução do conflito ou sobre a (b) legitimidade do conflito.

Sobre o eixo (i), Camargo avaliou que a produção de três grandes jornais brasileiros deu mais espaço às notícias de agências internacionais e artigos traduzidos de jornais de

outros países. Foram poucas as matérias produzidas por um enviado brasileiro do próprio jornal. Os Gráficos 1, 2 e 3, presentes no trabalho de Camargo, evidenciam os dados tratados. Foram analisadas 44 matérias em cada jornal, totalizando 132 matérias durante o conflito.

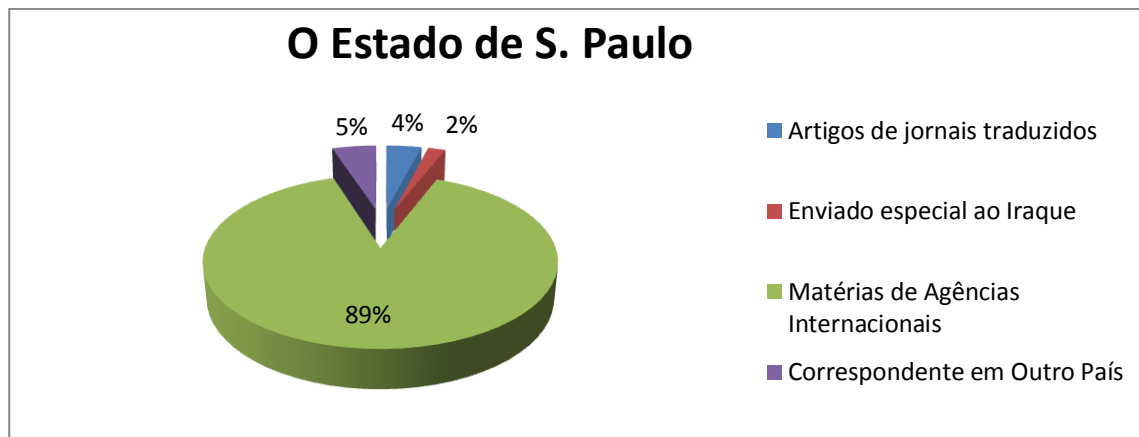


Gráfico 1 - Origem das matérias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo (CAMARGO, 2008, p. 101)

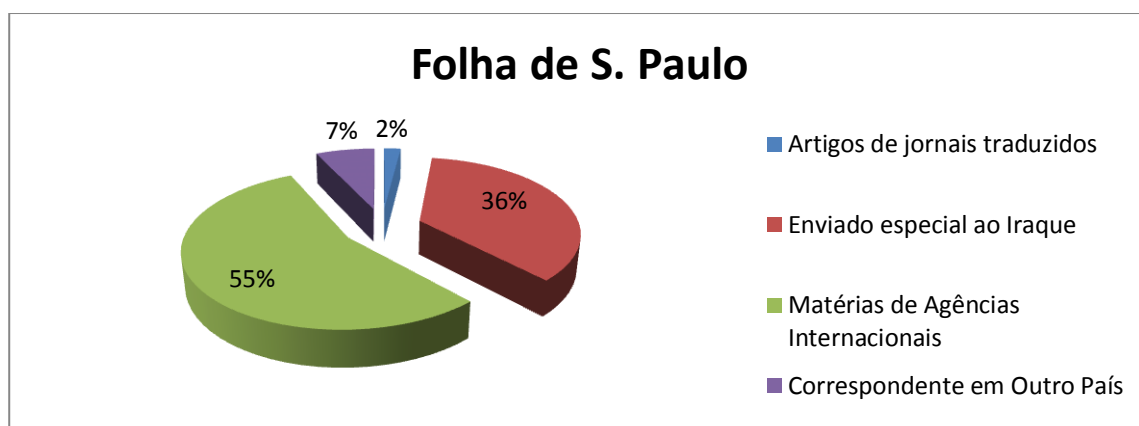


Gráfico 2 - Origem das matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo (CAMARGO, 2008, p. 101)

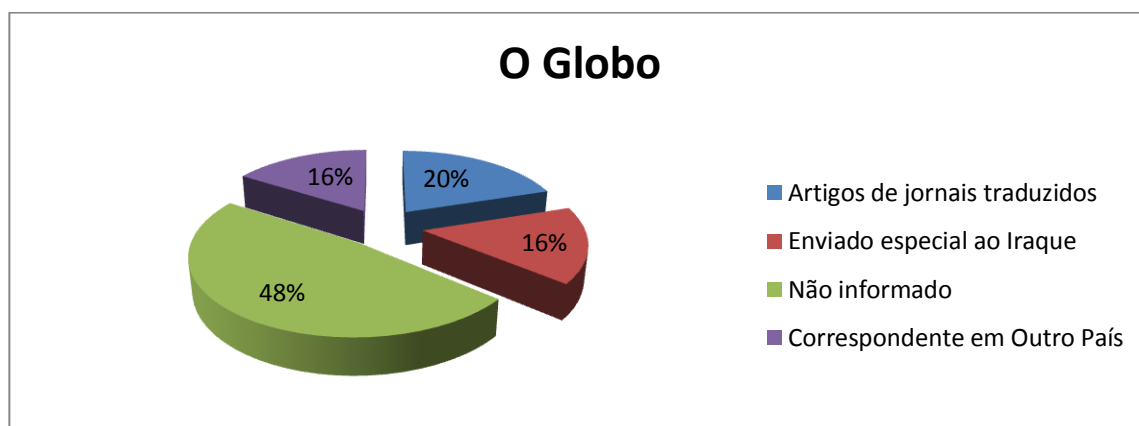


Gráfico 3 - Origem das matérias publicadas pelo jornal O Globo (CAMARGO, 2008, p. 101)

Para Camargo (2008), o grande volume de artigos traduzidos e matérias compradas nos três jornais explicitam a “relação de dependência e a escassez de recursos da imprensa nacional”. A autora alerta ainda para o fato de que tanto o *New York Times* quanto para o *Washington Post* (jornais presentes nas traduções dos jornais brasileiros analisados), em editoriais publicados em 2004, “admitiram que suas coberturas, no início da guerra, foram parciais e que houve falta de questionamento por parte dos jornalistas com relação ao governo e às fontes ouvidas”. Como a imprensa brasileira analisada veiculou tais matérias ou reportagens que receberam uma autocritica dos jornais internacionais, era de se esperar que a mesma crítica fosse repassada ao leitor brasileiro. No entanto, “nenhum dos jornais brasileiros assumiu o mea-culpa perante seus leitores por ter reproduzido os materiais provenientes desses meios de comunicação” (CAMARGO, 2008, p. 104).

Ao analisar o *enquadramento*, eixo (ii), dado pelas matérias veiculadas na imprensa brasileira durante o conflito, Camargo ressalta que a “ênfase oferecia a determinado tema por um meio de comunicação releva a opção consciente e intencional da linha política adotada pela redação” (CAMARGO, 2008, p. 106). Preferimos não seguir essa lógica de Camargo, pois acreditamos que há diversos fatores que influenciam a escolha de determinado enquadramento ou seleção de notícias, como evidenciado pelo problema da “*distorção involuntária*”, ou *unwitting bias* (WOLF, 2008, p. 187). Presente nos estudos de *Newsmaking*, tal distorção é esmiuçada por Wolf (com base em outros teóricos) em seis motivos:

a. autoridade institucional e as sanções; b. os sentimentos de obrigação e estima em relação aos superiores; c. as aspirações à mobilidade profissional; d. a ausência de fidelidade de grupo contrário; e. a natureza agradável do trabalho; f. o fato de que a notícia tornou-se um valor. Todos esses fatores agem incrementando a formação e a função do grupo de referência (WOLF, 2008, p. 187).

Tangente a essa perspectiva do *Newsmaking*, Camargo analisa o enquadramento (*framing*) de quatro temas nas matérias dos três jornais: (a) *ação militar dos EUA* – foco da matéria nas “estratégias e operações de guerra” dos Estados Unidos e aliados; (b) *ação militar do Iraque* – atenção a estratégias e operações de guerra iraquianas; (c) *quadro político* - “implicações da guerra para outros países que estão ou não envolvidos diretamente envolvidos no conflito. São matérias que focaram na relação de poder e na

geopolítica das relações internacionais no contexto do conflito”; (d) *quadro civil* – “concentra-se na análise das consequências destrutivas da guerra para as pessoas envolvidas no conflito” (CAMARGO, 2008, p. 107).

Os gráficos 4, 5 e 6 trazem a compilação de dados da coleta sobre enquadramento de Camargo.

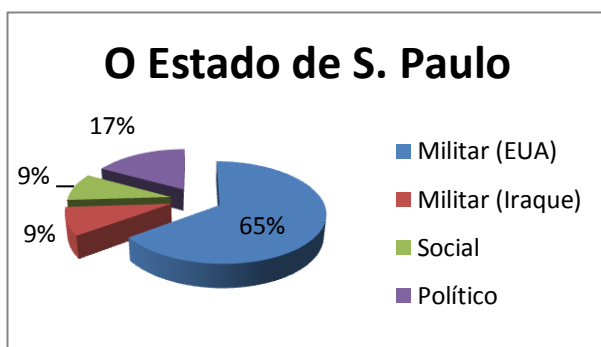


Gráfico 6 - Porcentagem dos enquadramentos do Estado de S. Paulo (CAMARGO, 2008, p. 108)

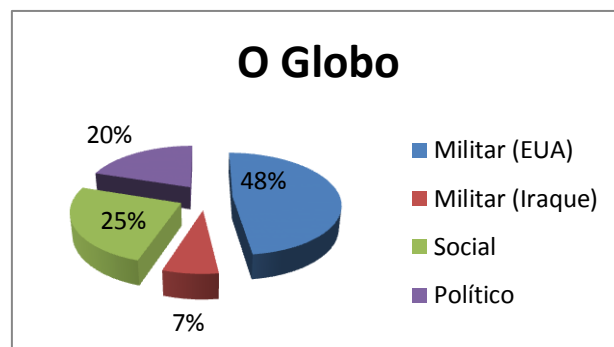


Gráfico 6 - Porcentagem dos enquadramentos do jornal O Globo (CAMARGO, 2008, p. 108)

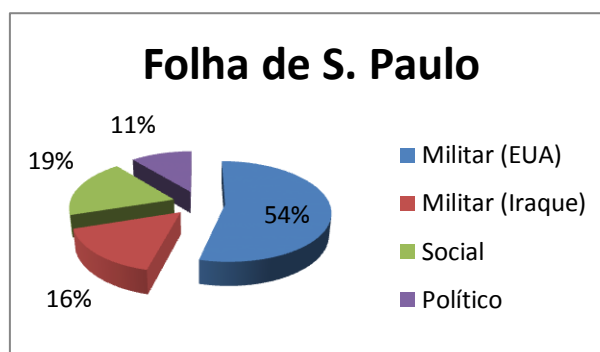


Gráfico 6 - Porcentagem dos enquadramentos do jornal Folha de S. Paulo (CAMARGO, 2008, p. 108)

Camargo, a partir dos resultados encontrados, reflete sobre os enquadramentos adotados pelos jornais brasileiros. A predominância de matérias com enquadramento militar do lado americano é colocada em contraposição à relativamente pequena veiculação de matérias sob a ótica militar iraquiana. Em relação às matérias sociais ou políticas, “O Globo” tem a maior porcentagem de matérias nesses enquadramentos.

O enquadramento militar pode ser visto com certo tom “oficial”, uma vez que é uma veiculação dos movimentos estratégicos realizados na guerra. Para Camargo, o fato de as matérias serem, em sua maioria, publicadas por agências de notícias, facilita a “centralização das matérias nas estratégias dos Estados Unidos e militares” (CAMARGO, 2008, p. 110).

Os resultados do eixo (iii), as *fontes citadas nas matérias*, já podiam ser previstos antes da coleta a partir da análise dos eixos anteriores. Camargo dividiu as fontes da seguinte maneira: (a) governo ou militares dos Estados Unidos e aliados; (b) governo ou militares iraquianos; (c) civis iraquianos; (d) Redes de TV ocidentais; (e) Redes de TV orientais; (f) especialistas, intelectuais, ONGs e outros representantes da sociedade civil. Os resultados da Tabela 2 parecem evidenciar uma relação forte entre *enquadramento e origem das fontes*.

Fontes	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Governo ou Militar (EUA e aliados)	69	79	106
Governo ou Militar (Iraque)	26	4	14
Redes de TV ocidentais	10	4	14
Redes de TV orientais	7	2	11
Civis iraquianos	25	22	9
Sociedade Civil	2	17	6

Tabela 2 - Fontes referenciadas nas matérias publicadas pelos três periódicos nacionais (CAMARGO, p. 112).

O uso de redes de televisão como fontes é observado durante toda a cobertura do conflito. Devem-se relativizar, para análise, os dados provenientes de TVs orientais, uma vez que elas também utilizam notícias provenientes de agências de notícias internacionais do Ocidente. Esse impasse dificulta a metodologia do trabalho.

É interessante notar a predominância, observada também no *enquadramento*, das fontes norte-americanas e aliados. Camargo traz ainda a reflexão de que “a guerra foi travada em regiões urbanas do Iraque” e que, no caso, os “civis teriam sido pouco ouvidos no conflito” (CAMARGO, 2008, p. 112).

Para elaborar um retrato mais inteligível, agrupamos, para fins deste trabalho, os três jornais em um único gráfico para os eixos (i), (ii) e (iii)¹. Em relação às fontes, dividimo-las entre “ocidentais” (governo ou militar dos EUA e aliados e TVs ocidentais), “orientais” (governo ou militar do Iraque e TVs iraquianas) e “sociedade civil”. Os gráficos 7, 8 e 9 mostram o resultado.

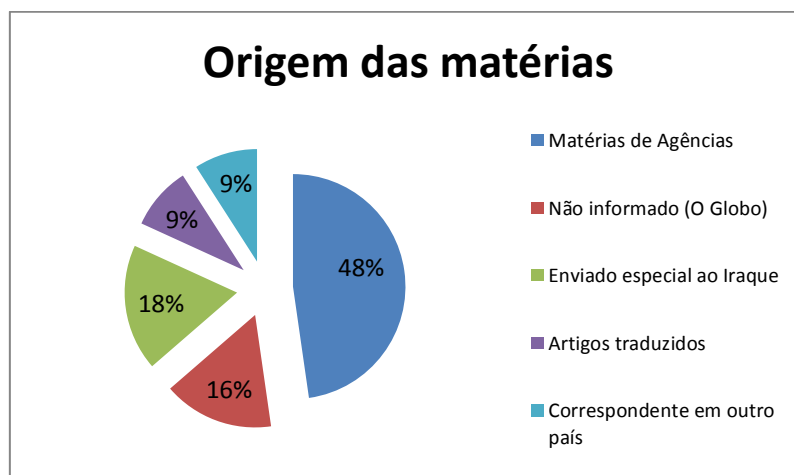


Gráfico 7 - Origem das matérias dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

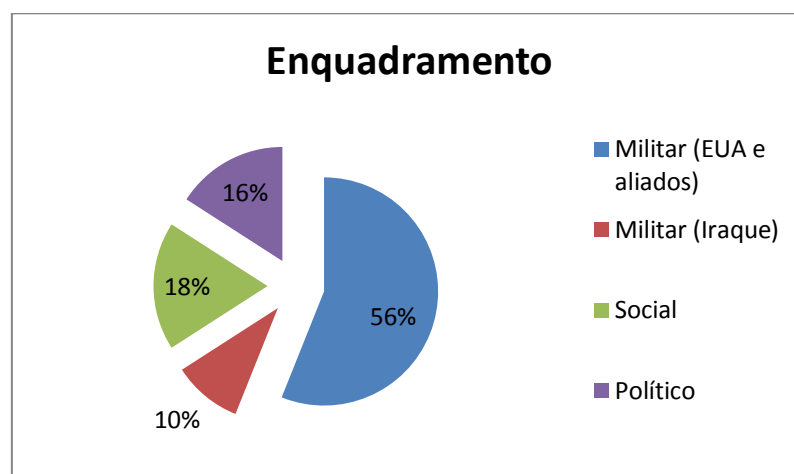


Gráfico 8 - Enquadramento das matérias dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

¹ Essa elaboração não está em Camargo.

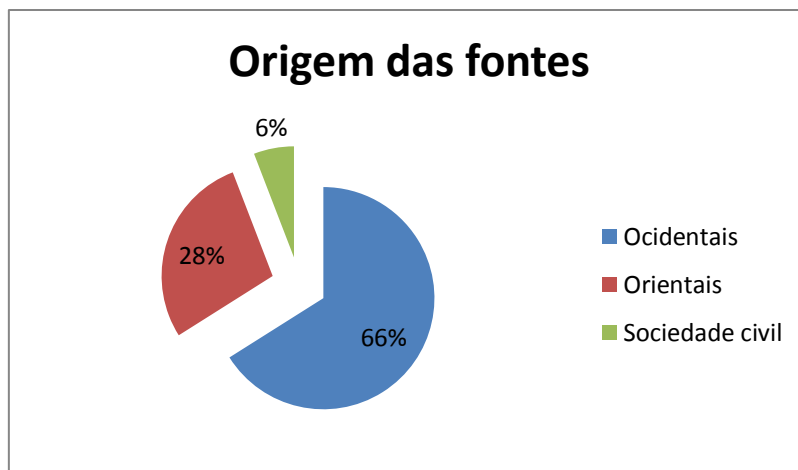


Gráfico 9 - Origem das fontes dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo

Com base nos gráficos, pode-se perceber a nítida predominância de matérias de agências internacionais, do enquadramento militar dos Estados Unidos e aliados e do uso de fontes ocidentais. Em termos da origem das fontes, o espaço dado para a voz de “orientais” (aqui considerado o mundo árabe e, sobretudo, os iraquianos) é de apenas 28%, enquanto para os “ocidentais” o espaço dado é de 66%.

Camargo, em suas conclusões, defende que a “imprensa brasileira agiu mais como palco que como ator”, o que pode ser justificado com base na

“homogeneização das notícias, a ausência de pluralidade de enquadramentos, a parcialidade nos relatos publicados, a recorrência às mesmas mídias internacionais, a falta de debates sobre política externa brasileira bem como das reflexões de analistas das universidades do País (...)”. (CAMARGO, 2008, p. 124)

A proposta de Camargo (2008), de que a imprensa brasileira não estaria agindo como um verdadeiro ator internacional, nos traz a questão da relativização dos conceitos de “mídia como ator das Relações Internacionais”. Estariam tais conceitos aptos apenas para se referir à imprensa norte-americana e europeia? Falta à imprensa brasileira certas características para que seja entendida como um ator internacional? Desenvolveremos esses questionamentos na análise dos eixos (i), (ii) e (iii) na parte seguinte do trabalho.

5. A IMPRENSA BRASILEIRA E A INTERVENÇÃO NA LÍBIA

Desenvolveremos, nesta seção, o processo da coleta de dados e as questões suscitadas pelos resultados. A seção está dividida em três partes: (1) histórico da Intervenção na Líbia de 2011 e o contexto no qual ela se insere; (2) coleta de dados da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo, em que foram colocados todos os dados referentes aos eixos propostos na seção de Metodologia; e (3) os resultados e abordagens teóricas suscitadas pela organização dos dados.

A hipótese deste trabalho – *as relações de poder entre nações do mundo podem ser verificadas, também, nas relações entre os meios de comunicação de diferentes países* – é discutida na parte final desta seção.

5.1. Histórico

A Intervenção na Líbia está inserida no contexto da Primavera Árabe, uma onda revolucionária dos países árabes iniciada em dezembro de 2010. Imersos em contextos ditatoriais, os cidadãos do Mundo Árabe iniciam uma série de protestos exigindo mudanças na forma de governo e a inclusão de certos valores ocidentais em suas sociedades. Até outubro de 2012, os governos ditatoriais da Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia já haviam sido derrubados.

A Guerra Civil Líbia, ou Revolução Líbia, é uma consequência da Primavera Árabe. Iniciada em fevereiro de 2011, a rebelião foi, principalmente, uma luta por direitos humanos e um regime democrático transparente, o que deveria ser feito a partir da queda do governante Muammar Gaddafi. Várias outras reivindicações estavam na pauta do movimento, incluindo liberdade à imprensa. A Guerra Civil dividiu o país em dois combatentes principais: o Conselho Nacional de Transição (formado por opositores ao regime) e o governo de Gaddafi.

A Guerra Civil perdurou até a invasão de Trípoli e a morte de Gaddafi em outubro de 2011. A partir de então, o Conselho Nacional de Transição líbio declarou o fim da guerra e assumiu o controle do país. O percurso da Guerra, no entanto, não foi feito de maneira autônoma pelo povo líbio. Houve uma participação da comunidade internacional com a questão da região, inclusive por estar imersa no contexto maior da

Primavera Árabe e poder desencadear um “efeito dominó”, começando outras guerras civis em países da região.

Em março de 2011, após acusações de violação dos direitos humanitários – o governo Gaddafi teria usado da violência contra civis – o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas autorizou, pela *Resolução 1973*, a tomada de medidas necessárias para a resolução do conflito. Ao estabelecer parâmetros e indicações para a solução da situação líbia, a Resolução condena veemente o regime de Gaddafi ao estabelecer a proibição de viagens de líderes do governo e ao “congelar” internacionalmente os ativos de grandes bancos líbios controlados pelo regime.

A Resolução foi aprovada por 10 países do Conselho de Segurança (África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Estados Unidos, França, Gabão, Líbano, Nigéria, Portugal e Reino Unido), e não recebeu nenhum voto de oposição. Absteram-se, contudo, cinco países (Brasil, Alemanha, China, Rússia e Índia).

Dez países, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália, a partir das considerações da Resolução, formaram uma coalização para iniciar a intervenção na Líbia. A primeira parte da intervenção, chamada no Brasil de “Operação Amanhecer da Odisseia”, durou de 19 a 31 de março de 2011. Após essa data, os Estados Unidos passaram o comando militar para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que acaba incluindo parte considerável dos dez países que originalmente iniciaram a intervenção – incluindo os próprios Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália.

A Líbia sofreu a intervenção até 31 de outubro de 2011, logo após o fim da Guerra Civil.

5.2. A imprensa brasileira

No ano de 2011, segundo a Associação Nacional de Jornais, a Folha de S. Paulo foi o segundo maior jornal brasileiro pago em circulação, ficando atrás apenas do Super Notícia, um jornal popular de Minas Gerais. O Estado de S. Paulo é o quarto, ficando atrás do Extra, um jornal popular do Rio de Janeiro. A Folha e o Estadão foram os maiores jornais em circulação que realizaram a cobertura da Intervenção na Líbia de 2011. Consequentemente, acreditamos ser de relevância, para a formação da opinião pública nacional, a atuação dos dois jornais na cobertura do conflito.

5.2.1. Folha de São Paulo

Entre os dias 18 e 27 de março, período escolhido para análise, a Folha de São Paulo publicou um total de 48 matérias relacionadas à Intervenção na Líbia. A cobertura inicial do evento proporcionou a publicação de até sete matérias diárias. A partir do dia 22 de março, observa-se queda na produção diária, chegando ao mínimo de duas matérias publicadas no dia 25 de março. O gráfico 10 demonstra a distribuição da quantidade de matérias ao longo dos dias.

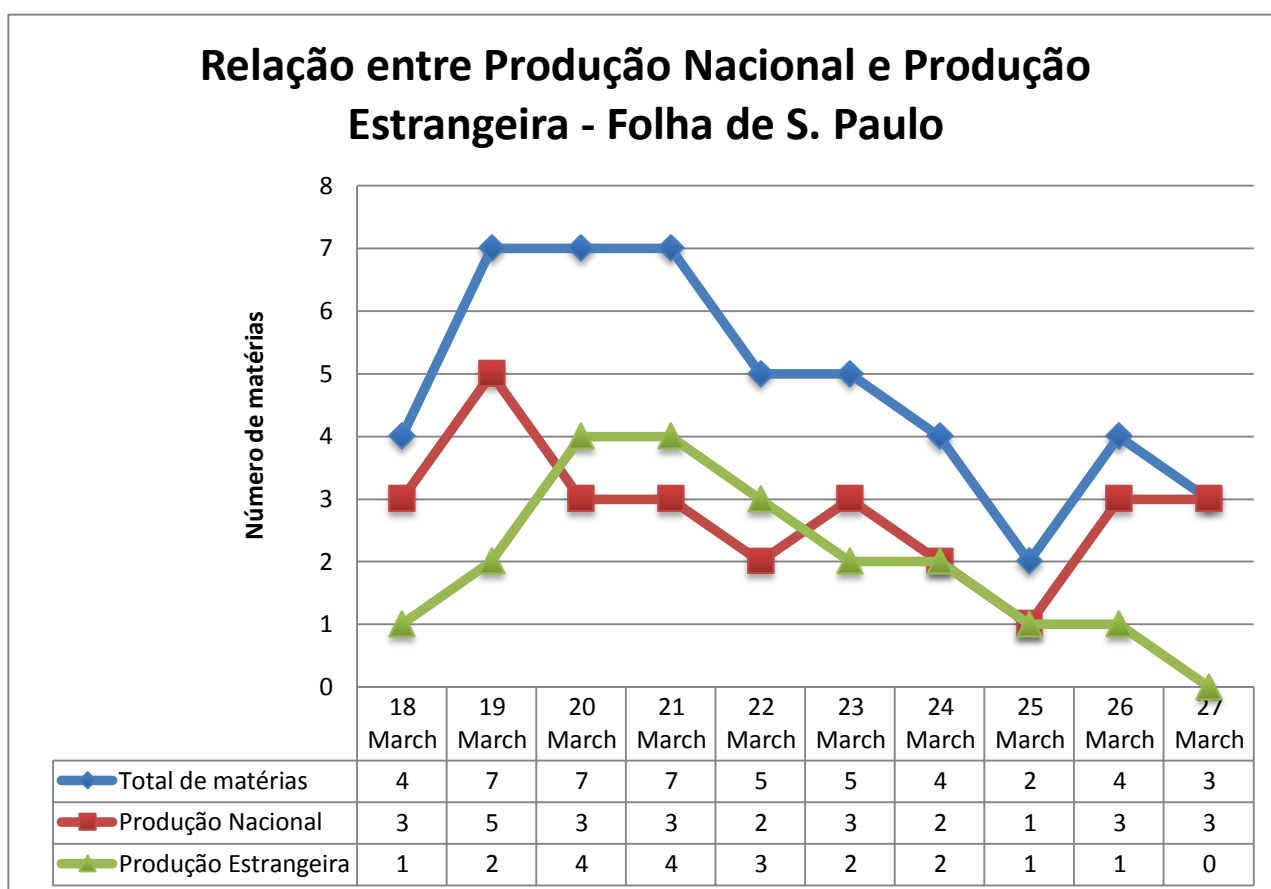


Gráfico 10 - Distribuição das matérias na Folha de São Paulo e relação entre produção nacional e estrangeira.

Em relação à origem das matérias – se de produção nacional ou estrangeira –, verifica-se a preponderância da produção nacional: de um total de 48 matérias, 28 (58% do total) foram de produção brasileira.

5.2.1.1. Origem das matérias

No **Eixo i**, proposto na Metodologia, verificamos a origem das matérias. No jornal Folha de S. Paulo, encontramos quatro subcategorias para a origem das matérias em produção nacional e produção estrangeira: correspondente brasileiro, produção no Brasil, tradução e agência de notícias. Em relação à subcategoria “produção no Brasil”, são matérias escritas por jornalistas brasileiros em território nacional, normalmente usando fontes oficiais do Ministério das Relações Exteriores. Assim, nossa divisão da origem das matérias ficou da seguinte maneira:

- I. Produção nacional:
 - i. Correspondente brasileiro;
 - ii. Produção no Brasil.
- II. Produção estrangeira:
 - i. Tradução;
 - ii. Agência de notícias.

A tabela 3 mostra a quantidade de matérias por subcategoria ao longo dos dias de análise. Nota-se uma equivalência na quantidade de matérias provenientes de “correspondente”, “agência de notícias” e “produção no Brasil”. Matérias traduzidas tiveram uma menor expressão na cobertura da Folha de S. Paulo.

	Produção Nacional		Produção Estrangeira	
	Correspondente	Produção no Brasil	Tradução	Agência de notícias
18 Março	1	2	1	0
19 Março	1	4	0	2
20 Março	0	3	1	3
21 Março	1	2	2	2
22 Março	1	1	1	2
23 Março	1	2	1	1
24 Março	2	0	0	2
25 Março	1	0	0	1
26 Março	2	1	0	1
27 Março	3	0	0	0
TOTAL	13	15	6	14

Tabela 3 - Origem das matérias da Folha de S. Paulo

O gráfico 11 evidencia a equivalência entre as subcategorias “correspondente”, “agência de notícias” e “produção no Brasil”.

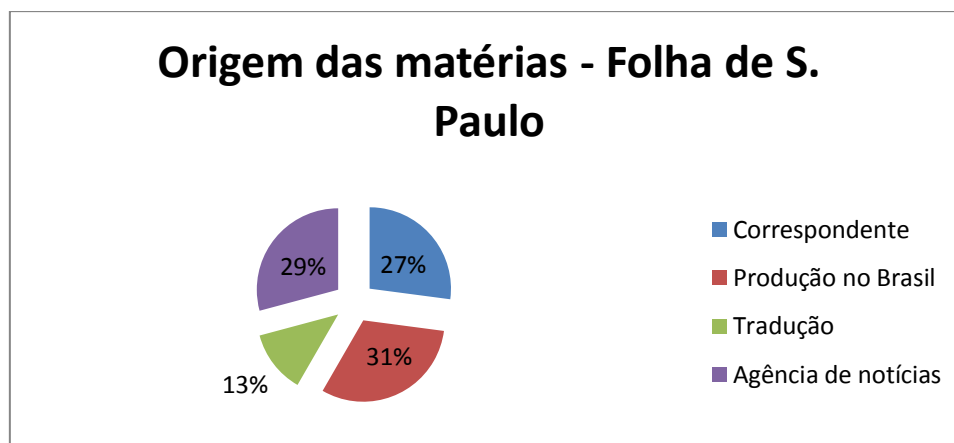


Gráfico 11- Origem das matérias na Folha de S. Paulo

Como ressaltado anteriormente, a subcategoria “tradução” teve a menor participação na origem das notícias, tendo sido equivalente a 13% do total de matérias publicadas.

5.2.1.2. Enquadramento

No **Eixo ii** verificaremos o enquadramento dado às matérias pela Folha de S. Paulo. Foram elaboradas quatro categorias de enquadramento:

- i. *Militar (OTAN e insurgentes líbios)*: matérias com o foco nas operações de guerra ocidentais e nas estratégias elaboradas pelos insurgentes líbios (apoiados pela OTAN);
- ii. *Militar (Líbia de Gaddafi)*: matérias centradas nas operações de guerra e logística da resistência de Gaddafi no governo líbio;
- iii. *Social*: matérias que lidam com a sociedade civil e mostram as consequências ou causas sociais da guerra;
- iv. *Político*: matérias relacionadas a questões políticas envolvendo o conflito. Diferentemente do enquadramento militar, no político são enquadradas as matérias sobre a ONU, negociações entre governos e mobilizações políticas dos Estados nacionais.

Análises e entrevistas feitas pelos jornais não foram enquadradas em nenhuma categoria, pois são matérias subjetivas relacionadas, principalmente, ao autor do texto.

A tabela 4 mostra a distribuição da quantidade de matérias nos diferentes enquadramentos.

	Militar (OTAN e insurgentes líbios)	Militar (Líbia de Gaddafi)	Social	Político
18 Março.	0	0	0	2
19 Março	1	1	0	2
20 Março	1	1	0	1
21 Março	1	1	2	0
22 Março	2	0	1	2
23 Março	1	0	2	1
24 Março	2	0	1	1
25 Março	1	1	1	1
26 Março	1	0	1	1
27 Março	1	0	1	0
TOTAL	11	4	9	11

Tabela 4 – Enquadramento das matérias do jornal Folha de S. Paulo

Como se pode observar na tabela 4, os enquadramentos “político” e “militar (OTAN e insurgentes líbios)” foram os mais utilizados nas matérias da Folha de S. Paulo. O enquadramento “social” teve um uso muito próximo do político e do militar, mas as matérias analisadas tinham, na maior parte dos casos, um espaço consideravelmente menor. Não faz parte da proposta metodológica deste trabalho analisar a dimensão das matérias, mas acreditamos ser interessante citar essa observação.

O gráfico 12 nos apresenta os dados do enquadramento em porcentagem.

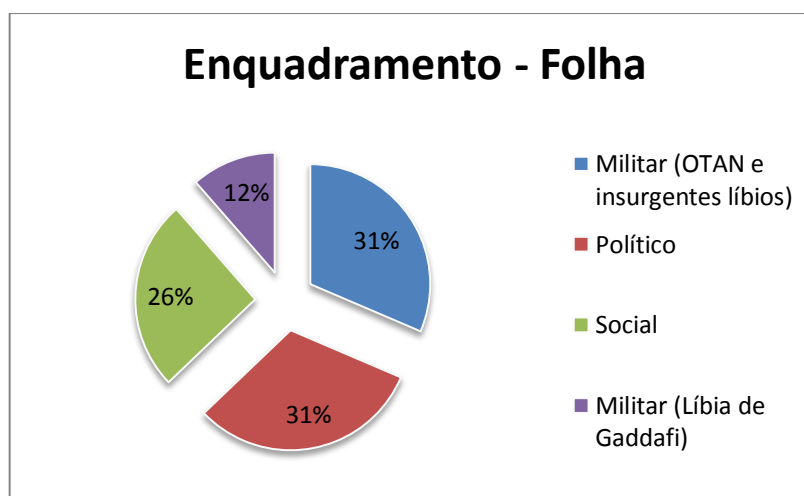


Gráfico 12 - Enquadramento Folha de S. Paulo

Pode-se visualizar que o espaço dado aos enquadramentos militar (OTAN), social e político foi praticamente o mesmo: de 26 a 31%. O enquadramento militar (Líbia de Gaddafi), contudo, esteve presente em 12% das matérias.

5.2.1.3. Fontes

Em relação ao **Eixo iii** da Folha de S. Paulo, dividimos a origem das fontes em 10 categorias.

- i. *Rede de TV ocidental estrangeira*: fontes citadas pelo jornal que foram veiculadas por um canal de televisão ocidental estrangeiro. Em sua maioria, são fontes da sociedade civil;
- ii. *EUA e OTAN*: representantes dos Estados Unidos da América e de todos os outros países que compõem a Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- iii. *Itamaraty e governo brasileiro*;
- iv. *Gaddafi*;
- v. *ONGs*;
- vi. *Rússia*;
- vii. *Liga Árabe*;
- viii. *Rede de TV oriental*: inclui, também, a TV estatal da Líbia.
- ix. *Sociedade civil da Líbia*;
- x. *Sociedade civil ocidental*.

A tabela 5 fornece os dados sobre a quantidade das fontes utilizadas pela Folha de S. Paulo. A categoria que teve a maior quantidade de fontes utilizadas foi a dos Estados Unidos e OTAN, com 18 fontes relatadas ao longo dos dias de cobertura.

Agrupamos, para condensar os dados e facilitar as análises, as fontes em três grandes categorias:

- i. *Ocidentais*: Rede de TV ocidental, EUA e OTAN e Itamaraty e governo brasileiro.
- ii. *Orientais*: Gaddafi, Liga Árabe e Rede de TV oriental.
- iii. *Sociedade civil*: sociedade civil da Líbia e sociedade civil ocidental.

O gráfico 13 mostra a distribuição das fontes em porcentagem por essas três grandes categorias.

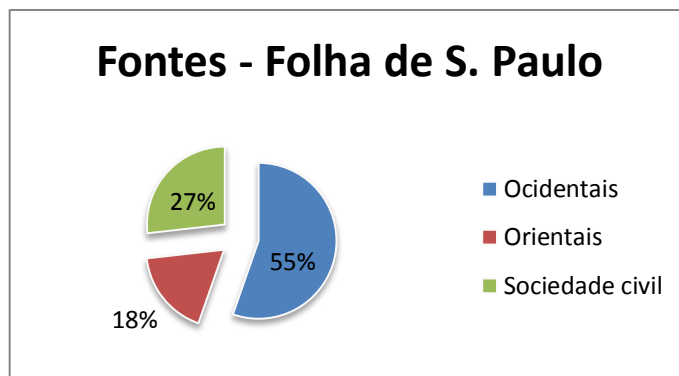


Gráfico 13- Fontes utilizadas pela Folha de S. Paulo

Pelo gráfico 13, podemos observar o predomínio das fontes ocidentais em detrimento das orientais e da sociedade civil. Essa característica pode ser explicada pelo fato de a Folha de S. Paulo ser um jornal brasileiro e, obviamente, ocidental. No entanto, o uso de fontes orientais (18%) foi menos da metade do uso de fontes ocidentais (55%).

Ainda na questão das fontes, separamos as fontes brasileiras das demais fontes como forma de analisar o espaço reservado ao Itamaraty e ao governo brasileiro na questão da intervenção da Líbia.

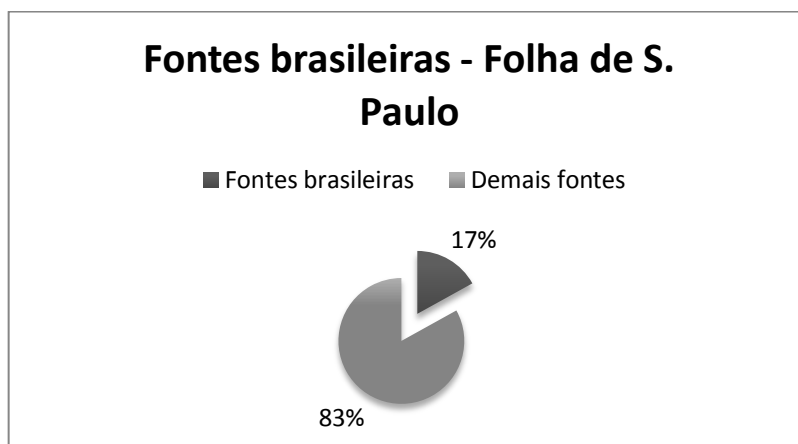


Gráfico 14 - Fontes brasileiras na Folha de S. Paulo

O gráfico 14 nos mostra que 17% das fontes utilizadas pela Folha de S. Paulo ao longo da cobertura da Intervenção na Líbia de 2011 foram fontes do governo brasileiro.

	Rede de TV ocidental estrangeira	EUA e OTAN	Itamaraty e governo	Gaddafi e governo	ONG	Rússia, China ou Índia	Liga Árabe ou ONU
18 Março	2	1	3	1	0	0	0
19 Março	0	2	2	2	1	0	0
20 Março	1	2	1	1	0	1	0
21 Março	0	4	0	1	0	0	1
22 Março	0	4	1	0	0	1	1
23 Março	0	2	2	0	0	0	0
24 Março	0	2	1	0	0	0	0
25 Março	0	0	0	0	0	0	0
26 Março	0	0	0	1	0	0	0
27 Março	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL	3	18	10	6	1	2	2

	Rede de TV oriental	Sociedade civil da Líbia	Sociedade civil ocidental
18 Março	0	0	0
19 Março	0	0	0
20 Março	0	0	0
21 Março	1	1	0
22 Março	0	2	1
23 Março	0	2	2
24 Março	0	1	0
25 Março	0	1	0
26 Março	1	2	0
27 Março	0	2	1
TOTAL	2	11	4

Tabela 5- Fontes utilizadas pela Folha de S. Paulo

5.2.2. O Estado de São Paulo

O jornal Estado de São Paulo publicou um total de 48 matérias sobre a Intervenção na Líbia de 2011. A cobertura atingiu seu ápice no dia 22 de março de 2011, quando foram publicadas 10 matérias. O gráfico 15 mostra a relação entre o total de matérias e as produções nacional e estrangeira ao longo dos dias de análise.

Interessante notar, no caso do Estadão, que a produção nacional foi superior, em todos os dias, à produção estrangeira. A diferença entre produção nacional e estrangeira foi maior, também, no dia 22 de março: de um total de 10 matérias, apenas duas eram de produção estrangeira.

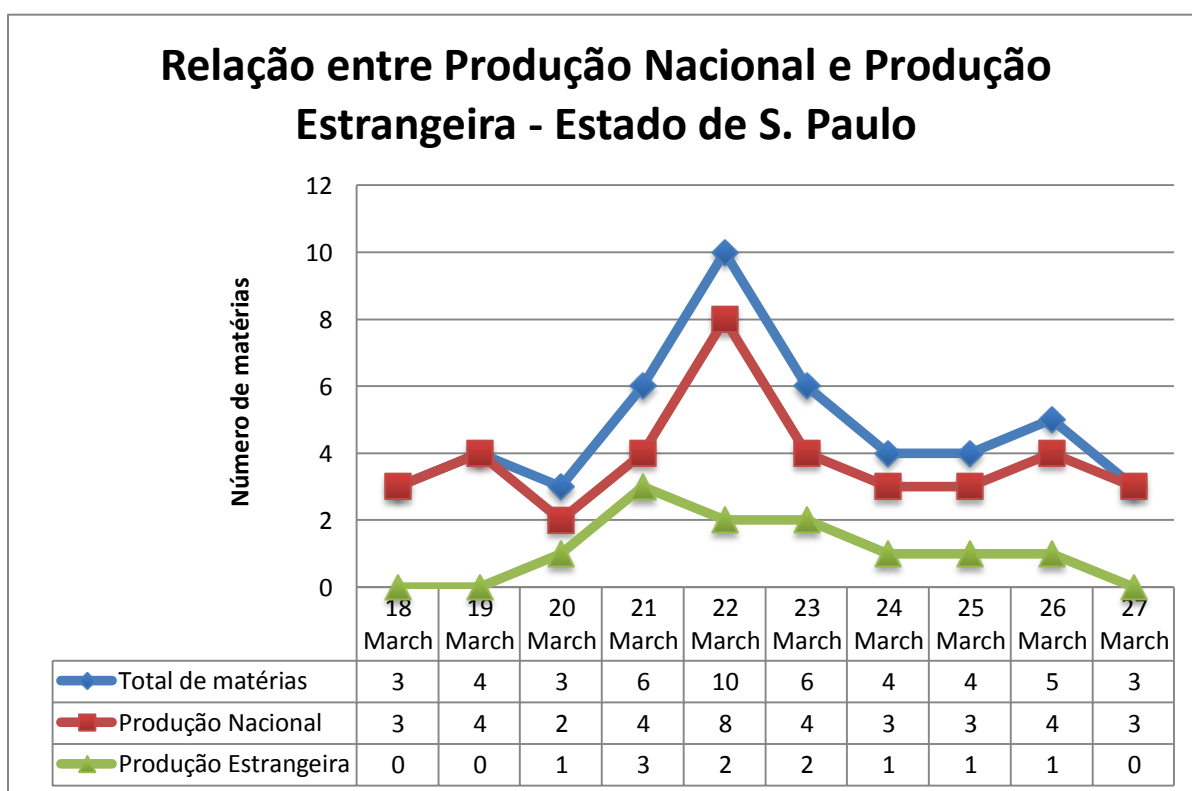


Gráfico 15 - Distribuição das matérias no Estado de S. Paulo e relação entre produção nacional e estrangeira

5.2.2.1. Origem das matérias

O **Eixo i** no caso de O Estado de S. Paulo segue as mesmas classificações utilizadas para a coleta de dados da Folha de S. Paulo. Com a tabela 6, podemos verificar que a maior parte das matérias do Estadão, na cobertura da Intervenção na Líbia, é de correspondente. O valor sobre o total na categoria “correspondente” é de 66%, em contraste com os 16% da segunda maior categoria: “agência de notícias”.

	Produção Nacional		Produção Estrangeira	
	Correspondente	Produção no Brasil	Tradução	Agência de notícias
18 Março	2	1	0	0
19 Março	4	0	0	0
20 Março	2	0	1	0
21 Março	4	0	0	3
22 Março	5	3	0	2
23 Março	2	2	0	2
24 Março	3	0	0	1
25 Março	3	0	0	1
26 Março	3	1	1	0
27 Março	3	0	0	0
TOTAL	31	7	2	9

Tabela 6 - Origem das matérias do Estado de S. Paulo

O gráfico 16 nos mostra que, assim como na Folha de S. Paulo, a categoria “tradução” teve o menor número de matérias publicadas. A produção nacional, com um total de 48 matérias, representou 79% da produção do jornal, enquanto que a produção estrangeira, com 13 matérias publicadas, representou 21% da produção.

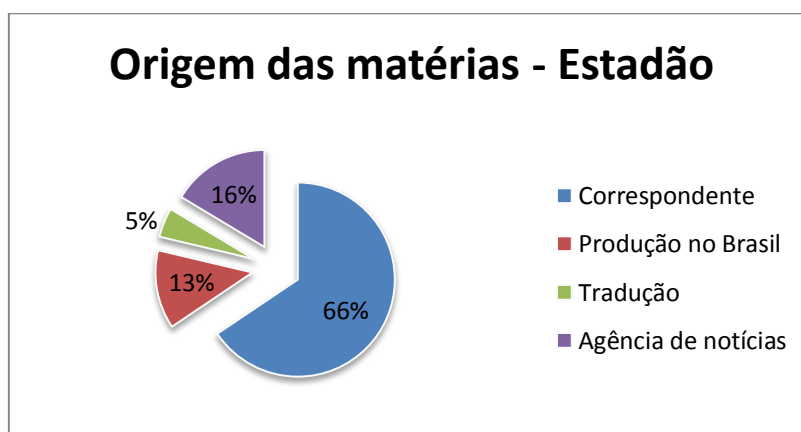


Gráfico 16- Origem das matérias do Estado de S. Paulo

5.2.2.2. Enquadramento

O **Eixo ii** da coleta de dados do Estado de S. Paulo nos revela uma distribuição dos enquadramentos bem diferente daquela verificado na Folha de S. Paulo.

	Militar (OTAN e insurgentes líbios)	Militar (Líbia de Gaddafi)	Social	Político
18 Março	0	0	0	3
19 Março	1	0	0	3
20 Março	1	0	0	1
21 Março	3	0	1	2
22 Março	2	1	1	6
23 Março	4	0	0	2
24 Março	3	0	0	1
25 Março	1	0	0	2
26 Março	3	0	2	0
27 Março	1	1	0	0
TOTAL	19	2	4	20

Tabela 7- Enquadramento das matérias do Estado de S. Paulo

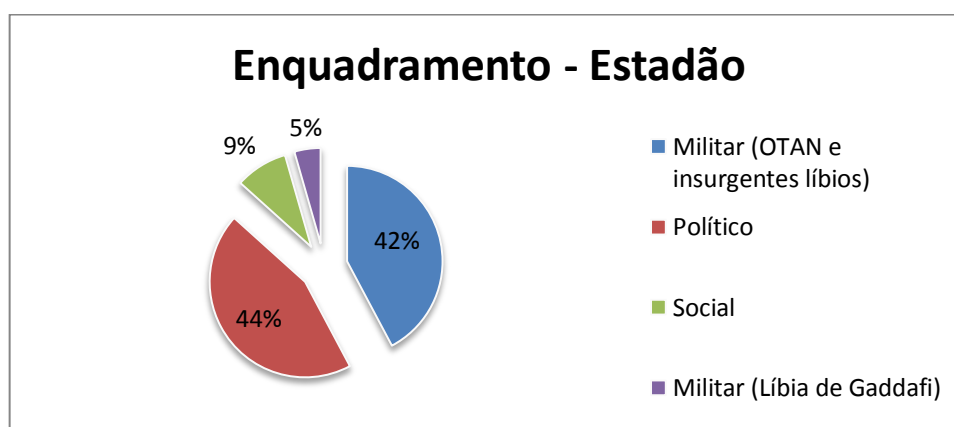


Gráfico 17 - Enquadramento das matérias do Estado de S. Paulo

Nota-se uma preponderância do enquadramento “militar (EUA e OTAN)” e “político”. Os enquadramentos “social” e “militar (Líbia de Gaddafi)” tiveram uma participação pequena de 9% e 5%, respectivamente.

5.2.2.3. Fontes

As categorias de fontes do Estado de S. Paulo seguiram a mesma organização da Folha de S. Paulo. Fontes dos “Estados Unidos e OTAN” e da “sociedade civil da Líbia” foram as mais utilizadas na cobertura do Estadão. Como pode ser verificado na tabela 8, a diferença entre o número de fontes dessas duas categorias e as demais é considerável.

As fontes foram agrupadas, assim como na coleta da Folha de S. Paulo, em três categorias: ocidentais, orientais e sociedade civil. A leitura do gráfico 18 mostra que 36% do total das fontes eram da sociedade civil, sendo que de um total de 28 fontes dessa categoria, apenas uma é da sociedade civil ocidental.

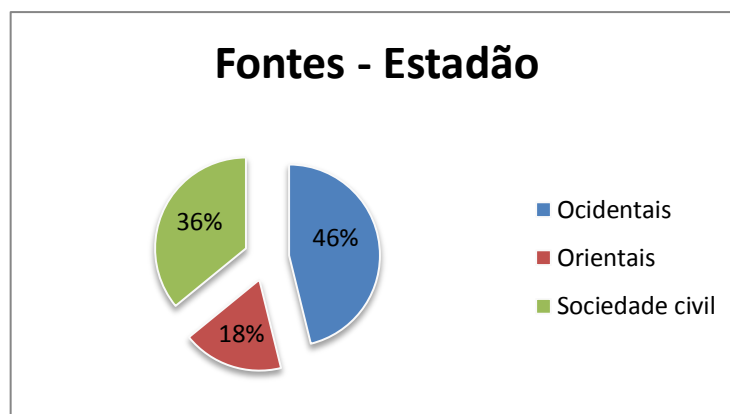


Gráfico 18 - Fontes utilizadas pelo Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo publicou cinco fontes brasileiras de um total de 82 fontes durante a cobertura da Intervenção na Líbia nos dias analisados.

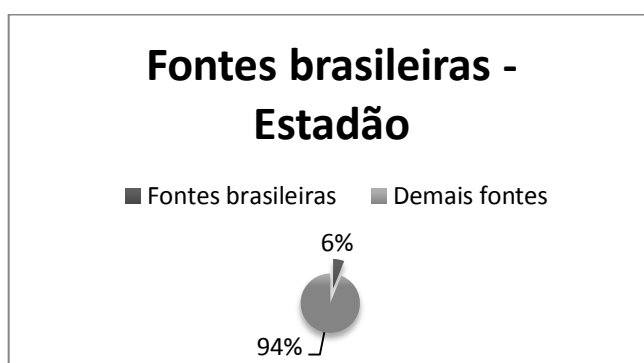


Gráfico 19 - Fontes brasileiras no Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo utilizou menos da metade do número de fontes do governo brasileiro em relação à Folha de S. Paulo. Enquanto que no Estadão 6% do número total de fontes eram do governo brasileiro, na Folha esse percentual chegou a 17%.

	Rede de TV ocidental estrangeira	EUA e OTAN	Itamaraty e governo	Gaddafi e governo	Rússia, China ou Índia	Liga Árabe ou ONU
18 Março	0	2	1	3	0	0
19 Março	0	6	1	2	1	0
20 Março	0	1	0	0	0	0
21 Março	1	2	0	2	1	1
22 Março	0	4	1	1	2	2
23 Março	0	6	2	0	0	0
24 Março	0	4	0	0	0	0
25 Março	0	3	0	0	0	0
26 Março	1	1	0	0	0	0
27 Março	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2	29	5	8	4	3

	Rede de TV oriental	Sociedade civil da Líbia	Sociedade civil ocidental
18 Março	1	2	0
19 Março	1	1	0
20 Março	0	0	0
21 Março	0	1	0
22 Março	0	6	0
23 Março	0	1	0
24 Março	1	2	1
25 Março	0	4	0
26 Março	0	2	0
27 Março	0	8	0
TOTAL	3	27	1

Tabela 8 – Fontes utilizadas pelo Estado de S. Paulo

5.2.3. Análise comparativa entre os dados da Folha e do Estadão

Ambos os jornais publicaram, no período analisado, o mesmo número de matérias: 48. Do total de matérias, a Folha tinha 28 (58%) de produção nacional; o Estadão, por sua vez, teve 39 matérias de produção nacional (81%).

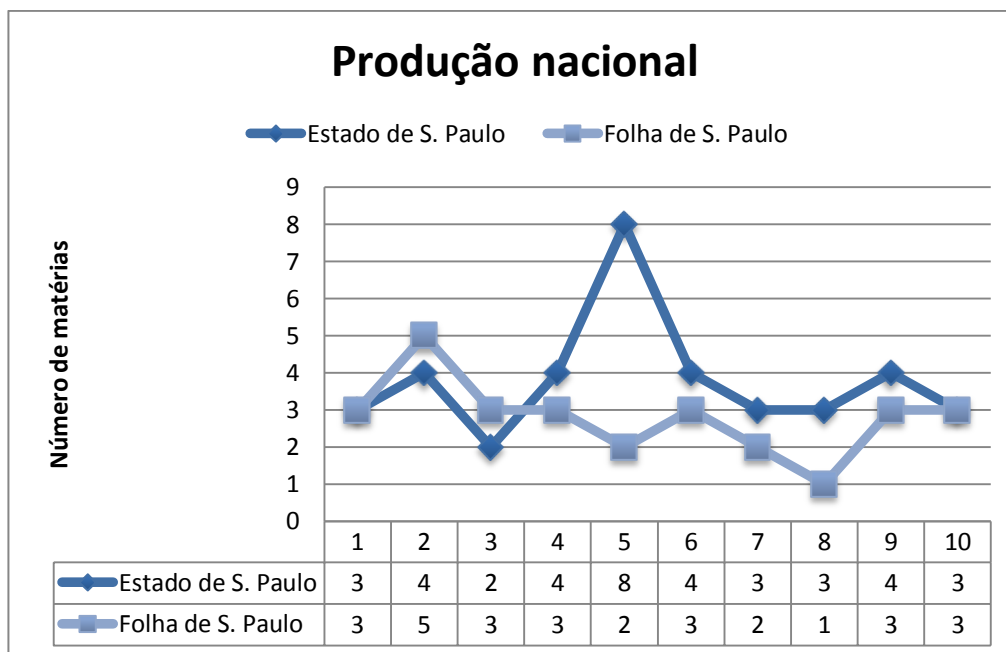


Gráfico 20 - Produção nacional da Folha e do Estadão

Apesar dessa maior predominância da produção nacional no Estadão, o mesmo jornal utilizou cinco fontes brasileiras (recorrentes ou não) ao longo de sua cobertura, metade das fontes utilizadas pela Folha, que teve 10 fontes nacionais. Uma das razões é a maior proporção de matérias escritas por correspondentes do Estadão (66%), enquanto que esse número, na Folha, foi bem menor (27%). Isso sugere que o Estadão teve um menor foco nas questões brasileiras relacionadas ao conflito e um maior foco na cobertura por meio de correspondentes. A Folha, por sua vez, deu um maior espaço para as notícias políticas que faziam referência à atuação e ao papel do Brasil durante a Intervenção na Líbia de 2011, fato corroborado pelo dobro de fontes utilizadas com menos matérias nacionais publicadas.

Em relação ao enquadramento, a grande diferença das duas coberturas é na categoria de matérias sociais. O Estadão publicou 9% de suas matérias com o foco na sociedade civil; a Folha, por sua vez, publicou um total de 26%, mais do que o dobro do Estadão nessa área. Apesar disso, a maior parte das matérias de ambos os jornais focou a perspectiva militar dos Estados Unidos e da OTAN e os aspectos políticos do conflito.

Em relação ao enquadramento militar da perspectiva de Gaddafi, a Folha reservou apenas 12% do seu espaço; o Estadão, 5%. Essa categoria de enquadramento foi a menos presente nas duas coberturas.

Sobre a origem das matérias, ambos os jornais tiveram uma configuração bem diferente. 66% das notícias do Estadão provinham de correspondentes; na Folha, esse número foi 27%, menos da metade. Já na Folha, a maior categoria na origem das notícias foi a de matérias provenientes de agências de notícias (29%), enquanto que o Estadão publicou, do total de suas matérias, 16% de agências. A categoria produção no Brasil, ou seja, matérias escritas em território nacional sobre o conflito na Líbia, teve uma grande participação na cobertura da Folha: 31% das matérias foram escritas por jornalistas da Folha no Brasil. No caso do Estadão, 13% das matérias foram escritas por jornalistas em território brasileiro, um contraste em relação ao 66% de matérias escritas por correspondentes. A Folha teve 27% de matérias publicadas por correspondentes, o que mostra a predominância da produção feita no Brasil, no caso da Folha, e da produção por correspondentes, no caso do Estadão. Os dados mostram que a maior parte das matérias do Estadão foi escrita por brasileiros no exterior.

A opção por enviar mais correspondentes para a cobertura do conflito fez com que a cobertura do Estadão tivesse 79% das matérias de origem brasileira, ou seja, escrita por brasileiros (no exterior e em território nacional). A Folha, com um menor número de matérias de correspondentes, não conseguiu, com a produção em território nacional, ultrapassar a produção nacional do Estadão: 58% das matérias da Folha foram de produção nacional.

5.3. Resultados e abordagens

Várias são as questões que surgem a partir dos dados coletados. O uso de eixos para analisar diferentes percepções sobre as matérias trouxeram resultados que não eram esperados no início da coleta e da formulação da pesquisa. As principais questões com as quais nos deparamos e que analisaremos a seguir são as relativas aos (a) correspondentes, à (b) posição brasileira no conflito e o enquadramento político dos jornais e ao (c) fluxo de informações da periferia à periferia.

5.3.1. O correspondente

A primeira questão que surge é sobre o papel do correspondente para a produção do jornal e, conseqüentemente, para a esfera pública, considerando que as políticas de

mídia têm direta relação com a vontade democrática, como analisado a partir do trabalho de Tehranian (1996).

Esperava-se que a maior quantidade de matérias de correspondente internacional do jornal brasileiro conferisse maior pluralidade de enquadramentos e fontes nas matérias. A premissa era a de que o correspondente seria a referência de “produção ideal” do jornal, uma vez que seria um relato mais independente em relação a outras origens, como as agências de notícia, por exemplo. No caso analisado, essa premissa se provou falsa porque não foi encontrada uma relação entre a quantidade de matérias de correspondente e a pluralidade de enquadramentos e de fontes.

O Estadão teve 40 matérias publicadas de correspondente internacional do Brasil; a Folha teve 13 matérias, cerca de 70% a menos que o Estadão. Essa discrepância não é verificada no enquadramento e no uso das fontes. No caso do enquadramento, o Estadão, mesmo tendo 70% a mais de matérias de correspondente que a Folha, teve menos publicações com enquadramento social e com a perspectiva de Gaddafi no conflito. A Folha teve 26% das suas matérias com enquadramento social, enquanto que o Estadão teve 9%. Em relação ao enquadramento militar de Gaddafi, a Folha teve 12% das suas matérias nesse enquadramento, enquanto que o Estadão teve 5%.

Assim como no enquadramento, a análise das fontes também contraria a premissa de que o correspondente oferece, necessariamente, uma cobertura mais plural. Apesar dos 70% a mais na quantidade de matérias de correspondente, o Estadão teve uma diferença de apenas 9% a menos no uso de fontes ocidentais, a categoria mais utilizada por ambos os jornais no **Eixo iii**. O Estadão utilizou 46% de fontes ocidentais, enquanto que a Folha utilizou 55%.

Não se verificou no Estadão, mesmo tendo utilizado uma quantidade significativamente superior de matérias de correspondente, uma grande diferença no uso das fontes e no enquadramento em relação à Folha, que teve bem menos matérias de correspondente internacional e mais de agências de notícias e de jornais estrangeiros traduzidos. Isso pode ser explicado pelo fato de que grande parte dos correspondentes do Estadão estava na Europa ou nos Estados Unidos: apesar de serem correspondentes, estavam distantes do local do conflito.

A Folha de S. Paulo, mesmo tendo utilizado 70% a menos de matérias de correspondente, teve uma publicação expressiva no enquadramento social (26% do total, enquanto que o Estadão teve 9%), ao analisar e relatar os dramas, os anseios e o papel da sociedade civil líbia.

Apesar de ter uma menor quantidade de matérias com enquadramento social, o Estadão teve um maior número de fontes utilizadas da sociedade civil (28 fontes; a Folha teve um total de 15 fontes da sociedade civil). Contudo, por ter tido um maior número de matérias publicadas, a Folha parece ter dado mais espaço para as suas fontes, enquanto que o Estadão as condensou em bem menos matérias. Essa discrepância entre o número de fontes pode ser reflexo do maior número de correspondentes do Estadão.

Camargo (2008) já chegou a resultados que comprovam que são exatamente matérias dos meios dos países industrializados da Europa e América do Norte que mais estão presentes na parte internacional dos jornais brasileiros analisados. Mesmo assim, os meios de comunicação brasileiros também mostram uma produção de notícias internacionais (por meio de enviados especiais) realizadas da mesma maneira – ainda que em escala menor – dos enviados especiais de grandes meios norte-americanos e europeus.

Esses dados nos levam à reflexão sobre o papel do correspondente para o jornal e para sua relevância na cobertura jornalística de conflitos internacionais. Pela análise dos dados, acreditamos que a cobertura dos correspondentes do Estadão pouco contribuiu para uma visão independente e própria da mídia e da sociedade brasileira sobre a Intervenção na Líbia, uma vez que as matérias tiveram uma configuração semelhante às provenientes de agência de notícias internacionais e de traduções. A Folha de S. Paulo, por sua vez, ao ter dado ênfase na cobertura social nas matérias de correspondente internacional, ofereceu uma visão mais diversificada e própria sobre o conflito para os leitores brasileiros.

5.3.2. *A posição brasileira e o enquadramento político*

O Brasil era membro temporário do Conselho de Segurança da ONU em 2011, o que lhe dava direito de aprovar, rejeitar ou se abster na votação da *Resolução 1973*, que iniciou a Intervenção na Líbia. O voto brasileiro foi o de abstenção – juntamente com Alemanha, China, Rússia e Índia –, pois o país acreditava que havia outros meios para se resolver o impasse com o país árabe.

Os meios de comunicação analisados por esta pesquisa são meios privados: eles não têm, necessariamente, uma obrigação com o relato das posições oficiais do Brasil. Todavia, se considerarmos a importância do papel da mídia como um poder que interfere na opinião pública e na vontade nacional, faz-se relevante a discussão sobre

seu conteúdo. Por isso, apesar de não haver um compromisso dos jornais em analisar, divulgar e explorar a decisão oficial tomada pelo governo brasileiro na Intervenção na Líbia, acreditamos ser esse um tópico de suma importância que não pode ser desconsiderado na organização da cobertura do jornal.

A produção de notícias no Brasil, uma das categorias do **Eixo i** (origem das matérias), muitas vezes eram voltadas às questões relativas ao governo brasileiro. A Folha teve 13%, do total da origem de suas matérias, como sendo produção no Brasil; o Estadão teve 5% do total. Ainda assim, existem matérias nessa categoria que não eram relacionadas às posições oficiais do Brasil, o que causa uma dificuldade metodológica.

Na análise do enquadramento, **Eixo ii** da coleta de dados, observamos que o Estadão teve 44% das suas matérias publicadas com enquadramento político; a Folha, por sua vez, teve 31%. Assim como em relação à categoria “produção no Brasil”, a categoria “enquadramento político” traz outra dificuldade metodológica: as matérias classificadas nessa categoria poderiam fazer referência à posição brasileira, às questões relativas à ONU ou a uma questão política de outro país.

A solução para a análise da questão da posição brasileira pôde ser encontrada, enfim, no **Eixo iii** (fontes citadas nas matérias). Com a análise da quantidade de vezes em que foi consultada uma fonte brasileira durante a cobertura da Intervenção, pode-se avaliar, relativamente, o espaço concedido à posição oficial do Brasil. Dentre todas as fontes utilizadas pelo Estadão, 6% eram fontes brasileiras; no caso da Folha, 17% do total eram fontes brasileiras. A Folha teve cerca de 280% a mais de fontes brasileiras em comparação ao Estadão.

Esses dados evidenciam o problema metodológico de se restringir aos dados do **Eixo i** e do **Eixo ii**, pois os dados do “enquadramento político” sugeriam que o Estadão reservava mais espaço a matérias relativas à posição oficial brasileira, enquanto que a categoria “produção no Brasil” sugeria que a Folha de S. Paulo tinha um maior foco nessas questões.

Ainda sobre a questão da posição brasileira no conflito, fizemos uma seleção de fontes relacionadas a Gaddafi e outra seleção de fontes relacionadas aos Aliados (Estados Unidos e OTAN). Ao cruzar esses dados, verificamos que ambos os jornais tiveram, praticamente, a mesma configuração. Os gráficos 21 e 22 mostram o resultado.

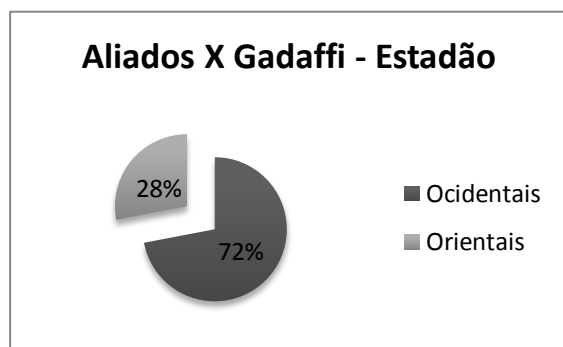


Gráfico 22 - Fontes dos aliados e fontes de Gaddafi no Estado de S. Paulo

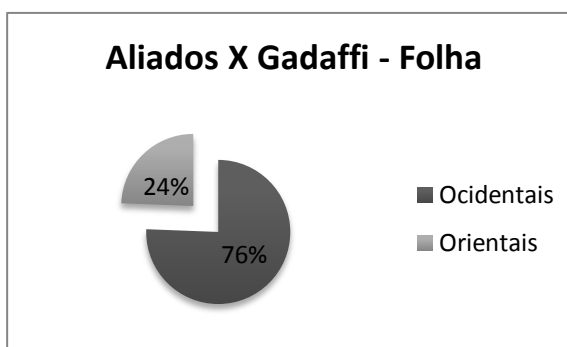


Gráfico 21 - Fontes dos aliados e fontes de Gaddafi na Folha de S. Paulo

Como se pode observar, houve um espaço muito maior dado às fontes ocidentais. Esse fato não causa surpresa, pois os jornais brasileiros, além de serem ocidentais, utilizam amplamente matérias de agências internacionais ocidentais e de jornais de outros países ocidentais. A sociedade civil não está incluída nesses dados. Caso ela tivesse sido incluída, a Folha de S. Paulo teria um relevante aumento na porcentagem “oriental”.

Todos esses dados nos levam a uma reflexão sobre o conteúdo veiculado na Folha e no Estadão. A posição oficial do Brasil é a de neutralidade e abstenção na ONU; no entanto, os dois jornais brasileiros parecem dar maior espaço e ênfase às questões militares e políticas do ponto de vista dos Estados Unidos e da OTAN. A Folha de S. Paulo, diferentemente do Estadão, reservou um considerável espaço para matérias relativas à sociedade civil líbia, o que pode ser um sinal da independência do jornal na produção de suas matérias em relação a meios de comunicação internacionais dos Estados Unidos e da Europa.

De acordo com o construtivismo social das Relações Internacionais, os Estados são entes importantes na formação da opinião pública; contudo, não são os únicos. A taxonomia de Tehranian (1996), baseada no construtivismo social de Wendt (1999), afirma que o conteúdo e a forma proveniente da mídia nacional também são importantes para a opinião pública. Dessa maneira, a mídia estaria sujeita, assim como os Estados, a influências da dinâmica internacional entre países. Dois pontos surgem a partir desse pretexto na cobertura de conflitos internacionais: (1) os jornais brasileiros não se coadunam, necessariamente, com a posição oficial nacional; e (2) os jornais brasileiros possuem conteúdo que enfatiza a posição oficial dos Estados Unidos e da OTAN.

Pode-se pensar que o ponto (2) é consequência das matérias compradas de agências internacionais e das traduções. Verificou-se que o Estadão teve mais da metade de suas publicações provenientes de correspondentes, o que não acarretou, necessariamente, uma visão distinta da veiculada oficialmente pelos Estados Unidos e pela OTAN; além

disso, o Estadão, em comparação com a Folha, concedeu pouco espaço a fontes oficiais brasileiras. A Folha de S. Paulo parece ter encontrado uma terceira via com um grande número de matérias sobre a sociedade civil líbia, não ficando restrita à política oficial dos Estados Unidos e da OTAN e nem à posição oficial brasileira.

O ponto (1) reforça o sentido de independência, no Brasil, entre as políticas da mídia e as políticas nacionais, com base em Tehranian (1996). Não parece haver independência, contudo, entre a política nacional da mídia em relação às políticas nacionais de outros países – ponto (2) –, o que suscita a discussão entre as relações centro-periferia do referencial teórico. De acordo com Tehranian (1996), a criação de novos meios de comunicação ao longo da história reforçou ou potencializou o fluxo de informações que saía de um centro em direção a sua periferia. O autor reforça, contudo, que a evolução dos meios também foi ferramenta de poder para a legitimação de uma periferia política. Como exemplo, podemos citar o caso da opinião pública favorável, em muitos países colonizadores, aos processos de descolonização na África dos anos 1960 e 1970.

Essas reflexões mostram a complexidade da atuação da mídia como ator nacional ou internacional. No caso da análise deste trabalho, se, por um lado, a mídia não se restringiu à posição nacional do Brasil, por outro, a mídia pareceu sofrer uma forte influência do noticiário internacional dos Estados Unidos e da Europa, notadamente de agências de notícias e de traduções.

Ao mesmo tempo, houve um espaço reservado para uma cobertura exclusiva e distinta no caso da cobertura da sociedade civil pela Folha de S. Paulo, o que reforça o movimento de legitimação das periferias em relação ao centro. No caso, um novo fluxo de informação parece ter se configurado com a cobertura do jornal brasileiro, talvez considerado periférico em relação aos grandes jornais internacionais durante a cobertura da Intervenção: *do centro à periferia* (posições e questões oficiais dos Estados Unidos e da OTAN à sociedade brasileira) e *da periferia à periferia* (da sociedade civil Líbia à sociedade brasileira). Analisaremos esse ponto, consequência da análise do enquadramento e da posição brasileira, no tópico seguinte.

5.3.3. *Fluxo de informações da periferia à periferia*

As relações de poder são verificadas de diferentes maneiras entre as nações do mundo. Com o objetivo de testar e discutir a hipótese deste trabalho sobre as relações de poder e as relações de mídia, selecionamos a nomenclatura das relações de poder que incluem o Brasil e são formuladas por autores brasileiros (CERVO, 2008; SARAIVA, 2008; OLIVEIRA & LESSA, 2006).

Artigos sobre a política externa brasileira frequentemente usam o termo *Relações Sul-Sul* para tipificar o novo tipo de relacionamento que se observa entre países de fora do centro do capitalismo industrial global (ou países “desenvolvidos”). Cervo (2008) utiliza essa nomenclatura para explicar a ênfase dada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil aos países menos desenvolvidos e emergentes.

Essas *Relações Sul-Sul*, diferentes das tradicionais *Relações Norte-Sul* (relações com Estados Unidos, Europa ou Japão, por exemplo), puderam ser observadas em diferentes momentos da história republicana brasileira, dependendo do contexto internacional e interno do Brasil. No século XXI², a política externa brasileira parece ter encontrado uma maneira de manter as *Relações Norte-Sul*, cuja ausência acarretaria graves problemas de inserção política ou econômica no cenário internacional, em conjunto com as *Relações Sul-Sul*. Essas últimas trazem certa autonomia na atuação internacional do Brasil, pois acarretam uma diversificação de parceiros, maior apoio político em foros multilaterais e o aumento do comércio exterior.

Na ótica do construtivismo social das Relações Internacionais, a decisão de dar ênfase às Relações Sul-Sul na política externa brasileira, uma decisão de atores, influencia e/ou é influência de “estruturas” e “sistemas de formulações nacionais” (Figura 1). Já foi desenvolvido no referencial teórico que o conceito de “sistemas de formulações nacionais” pode estar diretamente vinculado aos meios de comunicação, por exemplo.

As Relações Norte-Sul, conceito que não inclui a perspectiva do fluxo de informações entre países, podem ser entendidas na perspectiva de Tehranian (1996) como as Relações centro-periferia, malgrado nesse último caso ele se refira a, exclusivamente, meios de comunicação. A figura 4 mostra essa lógica do fluxo de informações.

² Notadamente a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010).

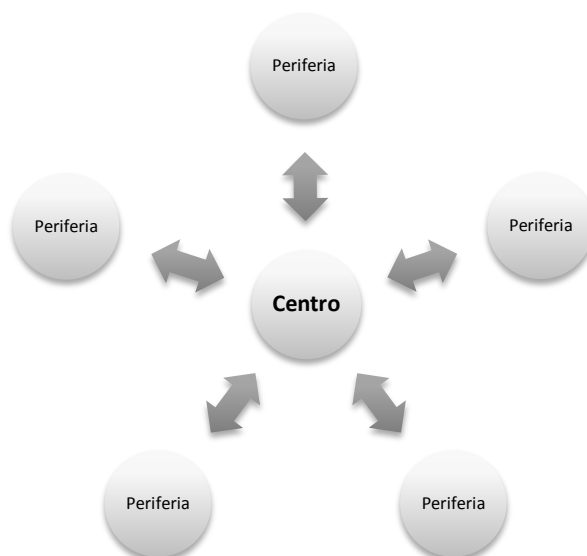


Figura 4 - Fluxo de informações do centro para a periferia

Conseguimos encontrar uma correspondência entre essas afirmações por meio da análise de dados da cobertura da Intervenção na Líbia de 2011. Apesar de não haver uma grande porcentagem de matérias ou fontes relativas à perspectiva de Gaddafi em nenhum dos dois jornais, a Folha de S. Paulo teve 26% de suas matérias com um enquadramento social na perspectiva da sociedade civil líbia. Essas matérias foram produzidas por jornalistas brasileiros que eram correspondentes do jornal na Líbia. Assim, podemos dizer que o Brasil produziu essas matérias referentes à sociedade civil líbia. Os leitores brasileiros receberam uma informação que não foi repassada por jornais do “Norte” (ou “centro”), o que caracteriza uma cobertura da “periferia” para a “periferia” (ou “sul”).

Ainda no caso da Folha, 58% das matérias foram produzidas ou por correspondentes internacionais ou nacionalmente, ou seja, mais da metade da produção da Folha foi autônoma. O Estadão teve uma porcentagem maior de produção autônoma: 79% das matérias não eram nem de agências internacionais e nem de traduções. Esses dados demonstram a autonomia de produção dos jornais no quesito “origem das matérias” (**Eixo i**), mas esses dados pouco informam, como visto anteriormente, sobre o conteúdo. No caso do Estadão, por exemplo, o enquadramento de Gaddafi e da sociedade civil foi muito pouco utilizado, em comparação à Folha. O Estado publicou 13% das matérias com enquadramento da perspectiva Líbia (seja de Gaddafi ou da sociedade civil líbia); a Folha, por sua vez, publicou 38% das suas matérias com enquadramento da perspectiva líbia.

A lógica das *Relações periferia-periferia* do fluxo de informações, derivação das *Relações Sul-Sul*, pode ser observada na figura 5.

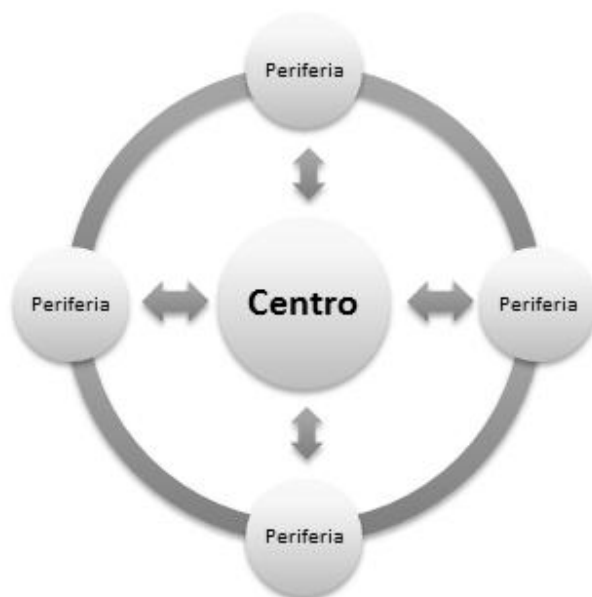


Figura 5 - Fluxo de informações do centro para a periferia e da periferia à periferia

A Folha, então, se coloca como o exemplo de “sistema de formulação nacional” inserido na dinâmica do construtivismo social, ou seja, seu conteúdo está relacionado aos movimentos dos “atores de decisão”. Isso não quer dizer que a Folha concorde e reproduza as ideias dos “atores de decisão”, mas que ela está inserida na lógica que guia o tabuleiro das relações internacionais do Brasil no século XXI.

O Estadão, por sua vez, não está, tampouco, excluído dessa lógica. Mesmo tendo sido observada outra configuração na sua cobertura – em que a questão social não foi priorizada como na Folha –, pode-se notar a predominância da clássica relação Norte-Sul. A predominância do enquadramento dos EUA e da OTAN no noticiário do Estadão, assim como o grande uso de fonte desses atores, demonstra que esse jornal, um “sistema de formulação nacional”, não está diretamente relacionado aos “atores” brasileiros, mas aos “atores” e “estruturas” dos EUA e da OTAN nas clássicas *Relações Norte-Sul*.

Dessa maneira, evidenciamos que a mídia pode ser um ator internacional com base na sua inserção no múltiplo conceito de “sistemas de formulação nacionais” da teoria do construtivismo social, de Wendt (1999), e no trabalho sobre mídia e política internacional de Tehranian (1996). As relações de poder entre países – no caso,

Relações Norte-Sul e Relações Sul-Sul –, podem ser verificadas no fluxo de informação entre países.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu avaliar a mídia como ator internacional por meio da cobertura da Intervenção na Líbia de 2011 dos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. Compreender os processos e as dinâmicas que envolvem o fluxo de informação da cobertura de conflitos pode ser importante para um entendimento maior da formação de opinião pública sobre um evento internacional.

A pouca produção científica existente sobre a atuação ou importância da mídia como ator internacional foi um dos principais obstáculos para a realização deste trabalho. Com base em Wendt (1999) e seu construtivismo social das relações internacionais, pudemos compreender o papel da mídia como um sistema de formulação nacional que está diretamente ligado à formação da opinião pública. Mais específico, o trabalho de Tehranian (1996) explorou as dinâmicas da mídia no processo de formação da vontade democrática. Com base nesse referencial teórico, tornou-se clara a conexão existente entre as relações políticas e os fluxos de informação entre países.

Surge a hipótese desta monografia de que *as relações de poder entre nações do mundo podem ser verificadas, também, nas relações entre os meios de comunicação de diferentes países*. Com a coleta de dados, chegamos a quatro resultados principais direta ou indiretamente relacionados à hipótese. Não se pretende que os pontos sejam negativos ou positivos, apenas que ofereçam um entendimento ou percepção de como se configura o noticiário internacional na cobertura impressa de conflitos:

- i. *Há uma relação entre a produção de notícias internacionais no Brasil e a produção dos Estados Unidos e Europa*. Muitas das matérias utilizadas pela cobertura dos jornais brasileiros são originadas de agências de notícias e de traduções de jornais estrangeiros dessas regiões. Além do mais, o número de fontes norte-americanas e europeias utilizadas é bem maior que o da Líbia ou do Brasil.
- ii. *O uso de correspondente internacional por jornal brasileiro não vai acarretar, necessariamente, uma produção independente em relação à cobertura de jornais norte-americanos e europeus*. O caso do Estado de S. Paulo é a prova desse ponto. Apesar de ter tido, em sua cobertura, mais da metade das matérias provenientes de correspondentes do jornal, o Estadão

manteve um enquadramento majoritário sob a ótica norte-americana e europeia; as fontes utilizadas eram, em sua maioria, também dessas duas regiões. Contudo, apesar de não garantir uma cobertura “independente”, o uso de correspondente ainda parece ser a melhor alternativa para uma produção autônoma do jornal. A Folha de S. Paulo, por exemplo, produziu uma cobertura diferenciada com um grande número de publicações com enquadramento social por meio de seus correspondentes.

- iii. *Os jornais brasileiros não se coadunam, na cobertura do conflito, com a posição política oficial do Brasil.* Entre as matérias de agências internacionais e de traduções de jornais estrangeiros utilizadas pela Folha e pelo Estadão, ficou claro o predomínio do enquadramento e do uso de fontes norte-americanas e europeias. Isso nos leva a crer que o fluxo de informações dos Estados Unidos e da Europa para o exterior coadunam com a posição oficial dessas duas regiões em relação à Intervenção na Líbia de 2011. No Brasil, não parece haver tanta ênfase na exploração da posição oficial brasileira e das suas relações políticas por parte dos jornais, o que é comprovado pelo baixo percentual de fontes brasileiras existentes na cobertura do conflito e pelo enquadramento político utilizado.
- iv. *Há um fluxo direto de informações entre brasileiros e líbios que não passou por intermediações de países centrais.* Esse é o ponto principal em relação à hipótese proposta por este trabalho. Pode-se observar, em ambos os jornais analisados, um fluxo de informações de um centro – que aqui chamamos de Estados Unidos e Europa – à periferia, no que Tehranian (1996) compreende como sendo uma realidade existente desde a criação dos primeiros meios de comunicação, pois estaria associada às relações de poder. No século XXI, as novas relações de poder existentes são mais complexas, em nível mundial, por abarcar atores da periferia como relevantes para o funcionamento da comunidade internacional. Nesse contexto, as *Relações Sul-Sul* são causa e consequência dessa mudança, de modo com que sejam promovidas, no caso do Brasil, por exemplo, relações políticas de alto nível entre atores da periferia sem, necessariamente, a mediação ou participação de países do centro. A mídia parece inserida nesse contexto, pois, no caso da Folha, foi

observado um relevante fluxo de informações em direção ao Brasil provenientes da sociedade civil líbia: informações que foram intermediadas e produzidas por correspondentes brasileiros. Isso nos leva a crer que a mídia está inserida, de alguma forma, na lógica do tabuleiro das relações e internacionais e, conseqüentemente, pode ser considerada um ator internacional.

A hipótese, então, foi comprovada; no entanto, não se sabe, devido aos limites teóricos e práticos deste trabalho, a intensidade da conexão entre relações políticas e fluxo de informação entre nações.

Esse trabalho pode ser continuado com a análise sobre o noticiário dos Estados Unidos e da Europa. De que maneira se configura o noticiário de notícias internacionais nessas duas regiões? As agências de notícias refletem as características internas das notícias dos países em que tem sua sede? Descobrir essa correlação pode ajudar a entender se as agências de notícias refletem ou se relacionam com a opinião pública dos países de origem.

7. REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics**. In European Journal of International Relations, 1997.

BAHADOR, Babak. **The CNN Effect in Action: How the News Media Pushed the West Toward War in Kosovo**. Palgrave Macmillan, 2007.

CAMARGO, Júlia. **Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003**. A mídia internacional e a imprensa brasileira. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2008.

CARPENTER, Charli. DREZNER, Daniel. **International Relations 2.0: The Implications of New Media for an Old Profession**. In: International Studies Perspectives 11 (2010). Disponível em <http://www.citeulike.org/article/7618280> (acessado em julho de 2012).

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise, 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

DUPAS, Gilberto. JAGUARIBE, Hélio. LAFER, Celso. SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOHLFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. Revista FAMECOS / PUCRS, nº 7. 1997.

GILBOA, Eytan. **The CNN Effect: The Search for a Communication Theory of International Relations**. Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy. Kennedy School of Government. Harvard University. 2005.

IYENGAR, Shanto; SIMON, Adam. News coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion. In: BENNETT, Lance. David L. **Taken by storm: the media, public opinion, and U.S. foreign policy in the Gulf War**. Chicago: Chicago Univ Press, 1994.

JACKSON, Robert. SORENSEN. George. **International Relations: theories and approaches**. Oxford. 4th edition. 2010.

LAZARSFELD, P. F. BERELSON, B.R. GAUDET, K. **The People's Choice**. Duell, Sloan & Pierce. New York, 1994.

LIVINGSTON. Steven. **Clarifying the CNN Effect: An Examination of Media Effects According to Type of Military Intervention**. Research Paper R-18. 1997. Harvard University.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2011.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. **Mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000**. São Paulo: Moderna, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINO. Luiz C. **Dois Estágios da Comunicação versus Efeitos Limitados**. Compós. 2009. Disponível em http://compos.com.puc-rio.br/media/qt7_luiz_claudio_martino.pdf (acessado em agosto de 2012).

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo. 2004.

MILLS, Wright. **Power, Politics and People**. Oxford University Press. New York, 1963.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Coord). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas** (volumes 1 e 2). São Paulo: Saraiva, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

TEHRANIAN, Majid. **Global Communication and International Relations: Changing Paradigms and Policies**. Harvard University Conference on Information, National Policies, and International Infrastructure. Harvard University, 1996

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. New York: Cambridge University Press, 1999

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

8. ANEXOS

ANEXO A – Exemplos de jornais utilizados da Folha de S. Paulo



ONDA DE REVOLTAS

ONU aprova uso da força contra Gaddafi

Brasil se abstém de resolução do Conselho de Segurança que estabelece uma zona de exclusão aérea na Líbia

Ditador se preparava para ofensiva final contra rebeldes no leste do país; invasão por terra é descartada

ÁLVARO FAGUNDES
DE NOVA YORK

Sem o voto do Brasil, o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas aprovou ontem uma resolução que abre caminho para uma ação armada contra o ditador da Líbia, Muammar Gaddafi.

O governo brasileiro se absteve na decisão de autorizar "todas as medidas necessárias" contra Gaddafi, que se preparava para esmagar rebelião no leste do país.

Votaram favoravelmente 10 dos 15 membros do organismo. Rússia, China (que têm poder de veto), Alemanha e Índia adotaram a mesma atitude brasileira.

Entre as ações aprovadas está a criação de zona de exclusão aérea para evitar ataques da aviação do ditador, há 41 anos no poder. Para que seja respeitada, é preciso bombardear peças de artilharia de Gaddafi em solo.

A expectativa era que os ataques, liderados por EUA,



Patrick Baz/France Presse

ção da ONU

mundo



Navio militar dos
EUA no Mediterrâneo
dispara contra Líbia

ONDA DE REVOLTAS

Coalizão inicia bombardeio contra Gaddafi

EUA, Reino Unido e França realizam primeiros ataques para deter ofensiva do ditador da Líbia contra rebeldes

Caças franceses fizeram operações na região de Benghazi; americanos e britânicos dispararam 110 mísseis em 20 alvos

DE SÃO PAULO

A coalizão formada por EUA, França e Reino Unido e aliados iniciou ontem a operação militar contra forças do ditador Muammar Gaddafi para impor zona de exclusão aérea na Líbia e deter ofensiva contra os rebeldes libios.

O primeiro ataque foi realizado por volta dos 13h45 (horário de Brasília) por um caça da Força Aérea francesa e alvejou um veículo militar libio nos arredores de Benghazi, o principal bastião rebelde.

Logo depois, a operação foi reforçada pelos disparos de embarcações americanas e de um submarino do Reino Unido no mar Mediterrâneo.

E, nas primeiras horas de hoje (domingo local), caças de país não identificado realizaram novo onda de bombardeios, em Trípoli. As forças de Gaddafi reagiram disparando artilharia antiaérea.

O Reino Unido admitiu ter

promovido ataques aéreos, mas não especificou o alvo.

A França colocou em operação 20 aviões militares para patrulhar área de 100 km por 150 km em Benghazi.

Não havia relato de operação aérea americana até o fechamento desta edição.

O Departamento de Estado americano disse que foram disparados mais de 110 mísseis de cruzeiro Tomahawk contra pelo menos 20 alvos.

Os disparos danificaram "severamente" as defesas libias, segundo Washington.

Participam ainda da coalizão Canadá, Itália e outros. Os árabes Qatar e Emirados Árabes Unidos também deverão participar de ações.

Segundo o Pentágono, os ataques de ontem foram os primeiros de uma operação de várias fases. O objetivo é inutilizar as defesas libias e impedir ataques a rebeldes.

A imposição da zona de exclusão aérea foi aprovada na quinta no Conselho de Segurança da ONU, após uma escalada no conflito e a perspectiva de um massacre.

O texto aprovado não prevê invasão por terra do país.

Os ataques só tiveram início, no entanto, após Gaddafi

ignorar o ultimato feito pelas potências na véspera para que os ataques aos rebeldes cessassem imediatamente.

Após o início da operação, forças leais ao ditador libio voltaram a alvejar Benghazi.

OBAMA NO BRASIL

Os ataques americanos à Líbia foram autorizados pelo presidente Barack Obama durante sua visita ao Brasil.

O americano disse que "o uso da força não é nossa primeira opção. Mas não podemos ficar parados quando tiranos dizem ao próprio povo que não haverá piedade".

Obama afirmou ainda se tratar de uma "operação militar limitada" e descartou uso de tropas em terra na Líbia.

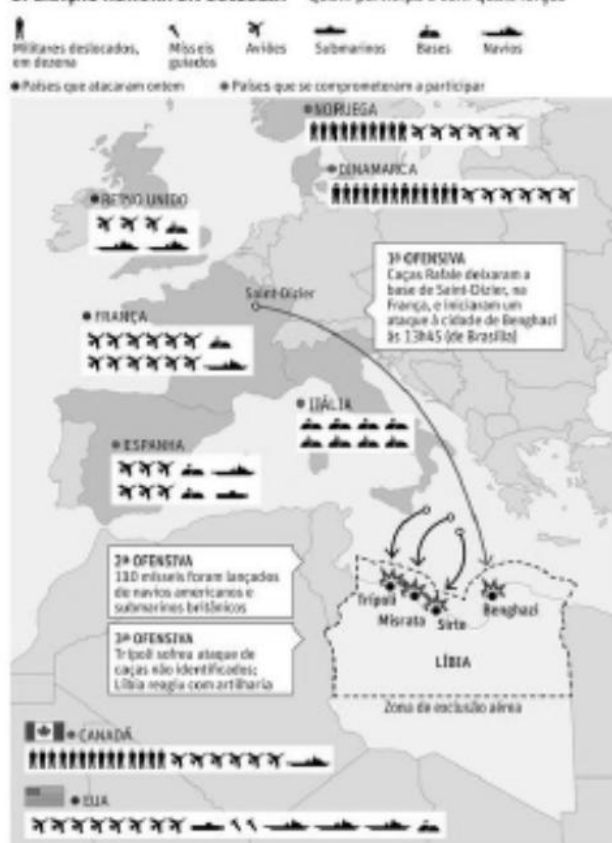
Lutando guerras no Iraque e Afeganistão, os EUA recusam em apoiar a missão, mas mudaram de posição com a piora do conflito.

Os EUA rejeitam, porém, liderar as ações, que deverão levar semanas, e afirmam que o seu papel será mais de apoio aos países aliados.

A operação militar na Líbia é o primeiro ataque de forças ocidentais a um país árabe desde a invasão do Iraque, há oito anos.

OPERAÇÃO AURORA DA ODISSEIA

Quem participa e com quais forças



Brasil articula movimento anti-intervenção

ELIANE CANTANHEDE
COLUNISTA DA FOLHA
E DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O chanceler Antonio Patriota foi um dos articuladores da abstenção dos Brics na

ções e os estudos necessários para dar uma "contribuição apropriada" à implementação da zona de exclusão aérea libia.

Fazem parte dos Brics o Brasil, a Rússia, a Índia e a

Conforme tem relatado Patriota nos bastidores, a proposta que agradava os Brics em geral, e o Brasil em particular, era a russa.

O texto insistia no caminho diplomático e na nego-

mund

FOLHA.com
Leia coluna de
Clóvis Rossi sobre
a visita de Barack
Obama ao Brasil
folha.com.br/jornalparacendo

FOLHA.com
Ataque israelense
deixa 17 pessoas
feridas em Gaza,
dizem palestinos
folha.com.br/jornalparacendo

ONDA DE REVOLTAS

Brasil defende fim de ataques na Líbia

Nota do governo lamenta mortes de civis em operação militar e insiste na retomada de negociações contra a crise



Versão original pedia
cessar-fogo "imediato",
mas foi amenizada para
se aproximar da posição
dos países árabes hoje

ELIANE CANTANHEDE
COLUNISTA DA FOLHA

No mesmo dia em que o presidente dos EUA, Barack Obama, se despediu do Brasil, o governo brasileiro lamentou a morte de civis na Líbia e pediu oficialmente o cessar-fogo o quanto antes para os países da linha de frente do bombardeio.

Em nota que começou a ser redigida de manhã e só foi divulgada à noite, depois de intensas negociações entre Itamaraty e Planalto, o governo "manifesta expectativa de que seja implementa-

do um cessar-fogo efetivo no mais breve prazo possível".

Repetindo a argumentação que já usara para se abster na votação do Conselho de Segurança da ONU que abriu as portas aos bombardeios, a nota insiste na retomada de negociações e na busca de saída diplomática.

Divulgado pelo Itamaraty, o texto afirma que o cessar-fogo será "capaz de garantir a proteção da população civil" e criar condições de resolver a crise pelo diálogo.

A versão original era ainda mais direta, pedindo o cessar-fogo imediato e advertindo que, sob o pretexto de ajudar a população líbia, os ataques estavam tendo um efeito oposto e matando civis.

Conforme a Folha apurou, os termos foram amenizados para ter o som "de um chamamento positivo, não de

crítica". Em vez de "pedir" ou "exigir" cessar-fogo imediato, por exemplo, o Brasil "manifesta a expectativa".

Segundo a diplomacia, os termos se aproximam da posição da própria Liga Árabe.

O chanceler Antonio Patriota, principal responsável pela iniciativa, vem mantendo contatos com todos os países que também se abstiveram na votação de quinta passada no Conselho de Segurança: Rússia, Índia e China, com os quais divide o Bric, e também a Alemanha.

Patriota, que se reuniu à tarde com a presidente Dilma Rousseff, também tenta ampliar o leque dos países que mantêm a posição de cautela ante a ação militar. Um desses países é a Turquia, parceira do Brasil na negociação do fracassado acordo nuclear do Irã.

Há, ainda, contatos com a África do Sul, que integra o Itas com o Brasil e a Índia, e os países da Unasul, no que diplomatas definiram para a Folha como uma tentativa de "perícia mais equilibrada da governança global".

Houve, porém, a advertência de que o governo não quer bater de frente com os EUA e parte da Europa, mas sim insistir nas negociações.

Tanto que o final da nota realinha o apoio aos esforços do envio da ONU à Líbia e de comitê da União Africana "na busca de solução negociada e duradoura".

Na avaliação interna do governo, os EUA estão divididos: enquanto Obama apresentava resistências à intervenção armada, a secretária de Estado, Hillary Clinton, assumiu uma posição mais dura desde o início.

A12 mundo ★ ★ ★ QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2011

FOLHA DE S. PAULO

ONDA DE REVOLTAS

Cidade rebelde vira depósito de cadáveres

Covas do principal cemitério têm de ser ampliadas às pressas; não há mais espaço em câmaras frigoríficas

Segundo supervisor do
necrotério, cerca de 300
corpos chegaram na
última semana, a
maioria de civis

SAMY ADGHIRNI
ENVIADO ESPECIAL A BENGHAZI

Capital rebelde da Líbia e principal cidade no leste do país, Benghazi se tornou um imenso depósito de cadáveres destruídos pela guerra. O número de covas do principal cemitério está sendo ampliado às pressas para acomodar os mortos encaminhados às dezenas. Não há mais espaço nas câmaras frigoríficas dos hospitais.

A superlotação deve aumentar, já que muitos dos feridos que lotam as UTIs da cidade estão em coma ou tiveram morte cerebral decretada pelos médicos.

Benghazi enterra suas vítimas da semana passada, quando a cidade sofreu um grande ataque de tropas governistas, mas também mortos de outras localidades.

Combates constantes a oeste, principalmente em Ajdabiyah, 150 km a oeste, tornam impossível realizar enterros. Mortos acabam levados até Benghazi.

A primeira parada dos cadáveres é o necrotério do hospital público Jala, no centro de Benghazi.

O local, visitado ontem pela Folha, tem apenas 14 compartimentos — todos ocupados. Rente a uma das gela-



Rebeldes fazem reconhecimento dos corpos no necrotério do hospital Jala, em Benghazi (leste); por falta de espaço, corpos são colocados em sacos

deiras estão colocados sacos de lona verde contendo cadáveres que não cabem. A sala cheira a formol.

Em uma salinha adjacente estão dois outros sacos, nos quais foram colocados os corpos mais mutilados, ou o que restou deles.

Um dos funcionários fez questão de abrir os sacos para mostrá-los, deixando à

mostra pedaços de carne viva embebidos com tripas, ossos e restos de roupa. "Olhe o que o Gaddafi fez", gritava.

A Folha também viu um combatente com uniforme militar explodir em choro ao reconhecer o amigo morto no front, retirado de uma das gavetas do frigorífico.

Segundo Hassan Mohamed, supervisor do necro-

rio, cerca de 300 cadáveres chegaram na última semana, a maioria de civis não envolvidos em combate.

A alguns quilômetros do hospital encontra-se o cemitério de Hawary, onde a Folha acompanhou o enterro coletivo de quatro pessoas mortas sob fogo do Exército de Gaddafi. Entre as vítimas estava um combatente de 19

anos de idade.

TRINCHEIRAS

Os cadáveres estão sendo alinhados numa trincheira cavada de última hora por escoteiros líbios, que manejam pás e tijolos numa ponta da escavação ao mesmo tempo em que são feitos os enterros na outra.

"Gaddafi é um monstro,

um psicopata. Que continue matando, nada nos deterá", disse, com voz de choro, um voluntário do Crescente Vermelho (o braço islâmico da Cruz Vermelha).

Dezenas de jovens na volta dele, muitos levando fuzis e metralhadoras no ombro, respondiam aos gritos de "Allah Akbar" — Deus é o maior, em árabe.

Internacional

estadio.com.br

Galeria. Veja imagens da tragédia japonesa
estadio.com.br/internacional

TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO. Iniciativa

Kadafi ameaça moradores de Benghazi. Pág. A14

Aprovação de resolução que estabelece uma zona de exclusão aérea ocorre em meio à ameaça do líder líbio de lançar hoje uma ofensiva 'sem misericórdia' contra os habitantes de Benghazi que se recusam a se render; Alemanha e países do Bric se abstêm de votar

ONU aprova intervenção militar para proteger civis de ataques de Kadafi

Gustavo Chaves
CORRESPONDENTE / NOVA YORK

Com a abstenção do Brasil e de outros quatro países, o Conselho de Segurança da ONU aprovou ontem uma resolução que autoriza a adoção de "todas as medidas necessárias" – código para a intervenção militar – incluindo a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia, para proteger os civis das forças de Muammar Kadafi.

Dez dos 15 países-membros votaram a favor. Eram necessários ao menos nove votos favoráveis, sem nenhum veto. Além da Alemanha, Índia, China e Rússia – que com o Brasil fazem parte do Bric – também se abstiveram de votar. A aprovação ocorreu em meio às ameaças de Kadafi de lançar uma ampla ofensiva contra Benghazi – o principal reduto rebelde – e atacar sem misericórdia os que não se rendem (mais informações na pág. 14).

A resolução permitirá não apenas a aplicação de uma zona de exclusão aérea de forma imediata, mas efetivamente qualquer medida – menos uma incursão terrestre – para impedir ataques que possam resultar na morte de civis.

Fontes diplomáticas francesas disseram que a ação militar poderia ser iniciada em poucas horas e incluir a participação da França, Grã-Bretanha, e possivelmente os EUA e uma ou mais nações árabes. Mas um militar americano disse que nenhuma ação imediata está programada. O Canadá ofereceu seis caças para ajudar na área de exclusão aérea – em um raio de 100 km ao redor de Benghazi – e a Itália colocou suas bases à disposição. Alhista, a população de Benghazi saudou o anúncio com tiros para o ar. Kadafi, por sua vez, disse à Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) que a aprovação foi "um ato flagrante de colonização, uma insanidade, uma arrogância". "Se o mundo enlouquecer, enlouqueceremos juntos. Vamos responder. Faremos de sua vida um inferno, porque estão fazendo isso da nossa. Eles nunca terão paz", declarou o ditador.

As negociações estiveram sob o comando da França, da Grã-Bretanha e do Líbano. Os EUA emoveram-se mais intensivamente nos últimos dias depois que a Liga Árabe e a União Africana se posicionaram a favor da zona de exclusão aérea. O desafio, ao longo dos últimos dois dias, foi convencer a China e a Rússia a não vetar a resolução.

O Brasil, ao justificar a absten-



Pressão total. Membros do Conselho de Segurança votam em favor de resolução para restringir ações militares de Kadafi

Brasil apresenta justificativa para abstenção

● A embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Viotti, atribuiu a abstenção do país ao texto da resolução. "As medidas adotadas podem causar mais danos do que benefícios. Mas não significa uma aceitação do comportamento do governo líbio", disse. Além disso, segundo a representante brasileira, os movimentos no mundo árabe têm crescido internamente, e uma intervenção externa alteraria esta narrativa, tendo repercussões na Líbia e em outros países.

A abstenção brasileira ocorre às vésperas da programada visita do presidente dos EUA, Barack Obama, ao Brasil, neste fim de semana. O governo brasileiro há anos tenta conseguir apoio para a inclusão do país entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Na votação de ontem, a posição da administração brasileira foi contrária aos interesses dos americanos. / G.C.

RESOLUÇÃO 1973

● Exigências

A ONU quer um cessar-fogo imediato na Líbia, além o fim à violência e abusos contra civis; reforça a necessidade de se encontrar uma solução que atenda às "legítimas demandas do povo líbio"; e pede o cumprimento do direito internacional no país.

● Proteção

As Nações Unidas autorizam a "tomada de todas as medidas necessárias" para proteger as áreas povoadas do país, incluindo Benghazi, mas exclui o uso de forças de ocupação em qualquer parte do território líbio.

● Liga Árabe

Tem o papel de manter a paz e a segurança na região.

● Exclusão

Para a proteção do povo líbio, todos os voos estão proibidos no espaço aéreo do país, exceto os que tenham cunho de ajuda humanitária. "Todas as medidas necessárias" podem ser usadas para impedir voos não autorizados pela ONU.

● Embargo

Garante aos países-membros o direito de fiscalizar embarques e aviões destinados à Líbia para apreender armas que estejam a caminho do país. Revistas em alto-mar também estão autorizadas.

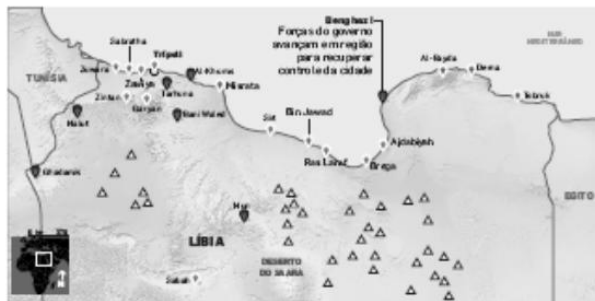
● Banimento

Os países-membros estão proibidos de receber aviões líbios.

TURBULÊNCIA

Cidades:

● CONTROLADA PELO GOVERNO ● SOB PRESSÃO POR REBELDES ● SITUAÇÃO INDEFINIDA ● REFINANÇAS



dos franceses não é dar lições, mas ajudar as pessoas a decidir seu futuro. A situação na Líbia é alarmante. Não podemos abandonar a população civil diante da repressão. Temos pouco tempo. É uma questão de dias. Ou mesmo de horas. Cada hora que passa, aumenta o peso sobre os nossos ombros. Não podemos atuar

tardamente". Na avaliação de alguns países, mesmo a zona de exclusão aérea não será suficiente. A embaixadora dos EUA, Susan Rice, disse antes da votação que talvez sejam necessárias medidas ainda mais restritivas para cozer o regime líbio. Os EUA e seus aliados poderiam também

enviar militares para assessorar e treinar os rebeldes, disse um oficial americano.

A resolução também congelou os bens de mais sete indivíduos e cinco companhias, que se juntam aos membros do regime de Kadafi e seus parentes que já haviam sido punidos na resolução aprovada em fevereiro.

TENSÃO NO ORIENTE MÉDIO. Diplomacia

REDAÇÃO DE LA MONTAGNE

● Precaução

HILLARY CLINTON
SECRETÁRIA DE ESTADO
“(A zona de exclusão aérea)
é para proteger os civis e
permitir o acesso à ajuda
humanitária”

“Não lideramos isso (a
intervenção militar). Não
entraremos em ações
unilaterais de modo
nenhum, mas apoiamos
firmemente que a
comunidade internacional
tome medidas contra
governos e líderes
que agem como Kadafi.
Infelizmente está
agindo agora”

“Os EUA oferecerão suas
habilidades únicas para
ajudar seus aliados
europeus e canadenses a
aplicar a resolução da
ONU (aprovada na
quinta-feira)”

“Dissemos desde o início
que a liderança árabe
e sua participação no
esforço (para aplicar
a resolução da ONU)
é crucial”



Influência. Hillary após reunião no Palácio do Eliseu, em Paris, para discutir crise líbia: mudança de opinião sobre intervenção militar ocorreu após viagem à Europa e ao Norte da África

Situação crítica leva EUA a se envolver em crise

Reticência de governo Obama em atuar na região muda após uma semana de guerra e de diplomacia em Washington e na ONU

WASHINGTON

Após duas semanas descartando a perspectiva de uma intervenção militar na Líbia, o governo de Barack Obama está se envolvendo numa terceira guerra num país muçulmano — algo que o presidente, que passou a metade de seu mandato consertando o relacionamento dos EUA com o Islã, esperava evitar.

A virada do governo do ceticismo ao apoio à intervenção militar na Líbia ocorreu depois de uma semana frenética de guerra e diplomacia em Washington e Paris, na ONU e dentro da Líbia.

As forças rebeldes da Líbia se dissolveram mais rapidamente do que autoridades do governo haviam previsto. Além disso, o apelo da Liga Árabe por uma operação militar liderada pela ONU na Líbia deu impulso à busca pelo governo americano de um respaldo internacional.

No interior de um governo criticado por sua atitude cautelosa ante as transformações vertiginosas no Oriente Médio, o ponto de virada veio na terça-feira à noite quando Obama reuniu a cúpula de sua equipe de segurança nacional na Sala de Situação. Depois de uma reunião de duas ho-

Obama espera fim de visita oficial para anunciar intervenção

● O presidente americano, Barack Obama, autorizou publicamente ontem uma “ação militar limitada” dos EUA contra a Líbia. Com isso, os EUA serão o quinto país de uma coalizão voluntária para impedir novos ataques do regime líbio à sua população civil e para pressionar pela derrubada de seu líder, Muamar Kadafi. Em uma declaração para jornalistas americanos, depois de sua participação em um encontro empresarial em Brasília, Obama insistiu no fato de a aprovação ao ataque militar não ter sido nem

sua “primeira opção” nem uma “decisão leve”. Horas antes, Obama conversara com a presidente Dilma Rousseff sobre o tema, diante da posição contrária do governo brasileiro à intervenção militar.

Durante sua conversa, no Palácio do Planalto, Obama recebeu um bilhete de um assessor. Mas, naquele momento, a decisão sobre a participação dos EUA na coalizão já estava tomada, segundo uma autoridade americana. Obama, porém, preferiu adiar o anúncio da participação dos EUA para depois da visita oficial, como meio de evitar uma situação embaraçosa e um desgaste indesejável com o governo brasileiro neste momento. / DENISE CRISPIM MARIN

ras, Obama orientou sua embaixadora na ONU, Susan Rice, a buscar aprovação do Conselho de Segurança a uma resolução que autorizaria uma intervenção militar além de uma zona de exclusão aérea após concluir que uma missão limitada como essa não seria suficiente para conter as forças de Muamar Kadafi.

A decisão de Obama de participar em operações militares representa uma vitória de uma facção de intervencionistas liberais no governo. Alguns deles ficaram marcados pela inércia americana em Ruanda e nos Bálcãs nos anos 90 e viram no conflito civil da Líbia um imperativo moral para impedir matanças em massa. Entre os mais céticos sobre um

novo envolvimento militar das forças já sobrecarregadas dos EUA estavam o secretário de Defesa, Robert Gates, o Consultor de Segurança Nacional, Thomas Donilon, e seu vice, Denis McDonough, que são conhecidos no governo como pragmáticos que protegem ao extremo o presidente.

Inicialmente cautelosa sobre uma intervenção militar, a secretária de Estado Hillary Clinton mudou de opinião após viajar para a Europa e o Norte da África na última semana, buscando apoio internacional de primeira mão e disposição de participar em semelhante missão. Mas dentro dos altos escalões da administração havia pouco apoio a uma zona de exclusão aérea, vista por alguns como pouco mais que um passo simbólico num conflito travado, sobretudo, no solo.

Antes da votação, a perspectiva de conseguir uma resolução da ONU para uma intervenção militar parecia quase impossível. Mas quando Hillary chegou a Paris dois dias depois para se reunir com os ministros das Relações Exteriores dos países do Grupo dos 8 mais a Rússia, ela notou um crescimento do apoio.

Nos dias que antecederam a votação da Liga Árabe, Grã-Bretanha e França trabalharam numa resolução que autorizaria uma zona de exclusão aérea. Os EUA, segundo um diplomata do CS, pareceram “meios distantes”. Na terça-feira, Susan Rice ainda parecia tatear o terreno numa sessão fechada do CS, mas no dia seguinte, indicou que os EUA estavam preparados para agir.

Na votação de quinta-feira, ao menos dois governos árabes pareceram prontos para participar na aplicação da zona de exclusão aérea. O apoio árabe cresceu, Rússia e China acharam mais difícil vetar a resolução. Ambos os países se abstiveram de votar, assim como a Alemanha, Índia e Brasil. / THE WASHINGTON POST / TRADUÇÃO DE CELSO M. PAZ CRINK

● Análise: Gilles Lapouge

A audaciosa cartada de Sarkozy em favor da intervenção

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, está orgulhoso, e com razão. Conseguiu a aprovação da ONU para uma intervenção militar no conflito na Líbia com o objetivo de frear o punho do coronel Muamar Kadafi. Sarkozy está muito satisfeito, principalmente porque a questão era muito difícil e mal encaminhada. Difícil porque a China e a Rússia, pouco desejosas de verum dia a ONU imiscuir-se na Chechênia ou no Tibete, não tinham nenhuma vontade de se envolverem com a Líbia.

Mal encaminhada porque, na semana passada, Sarkozy havia estendido a mão aos seus aliados decretando sozinho que o mundo livre escorregaria Kadafi do poder. O golpe de Sarkozy foi tão mal recebido pelos países vizinhos que temeu-se que o tiro saísse pela culatra. Felizmente, não foi o que ocorreu.

Os adversários da intervenção temem que os povos da região a considerem uma nova agressão “antiárabe” do Ocidente, uma jogada neocolonialista, uma ação do lobby ocidental. Aliás, é por isso que o chanceler francês, Alain Juppé, insistiu tanto sobre dois temas. Primeiro, que nenhum soldado desembarcaria na Líbia. Por fim, que não haja duelos entre Ocidente e Oriente.

A França lamenta a abstenção do mundo emergente, os quatro grandes: China, Rússia, Índia e Brasil. “Esses quatro países”, nota o jornal *Le Monde*, “são os que há duas semanas estavam prestes a acusar Kadafi de crimes contra a humanidade”. Finalmente, Paris depora que a Alemanha tenha também optado pela abstenção na ONU. Por que recusou a intervenção? Evidentemente, por causa da tradicional desconfiança alemã das aventuras bélicas, temendo que Kadafi, hoje odiado e desprezado pelo mundo inteiro, possa encontrar, graças à ONU, a posição do mártir e a do ex-colonizado atacado pelos países do Ocidente. / TRADUÇÃO ANNA CAPOVILLA

● Apoio
O governo do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, ofereceu ontem o uso de sete bases aéreas e marítimas do país para apoiar as ações militares da coalizão na Líbia.



● Apoio
O governo do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, ofereceu ontem o uso de sete bases aéreas e marítimas do país para apoiar as ações militares da coalizão na Líbia.

Reportagem Especial *

A QUINTA COLUMNA LÍBIA

"Os comitês impuseram uma ameaça maior porque estavam nos atacando pelas costas"
Abdul-Hafiz Ghoga
LÍBIA, 2009

Pró-regime. Guardas rebeldes vigiam espões, mercenários e milicianos leais a Kadafi capturados ao trabalhar contra a revolução em Benghazi, sede da insurgência no leste da Líbia

REDE DE ESPIONAGEM DÁ SOBREVIDA A KADAFI

Laurival Sant'Anna
ENTRADA ESPECIAL
BENGHAZI, LÍBIA

Em Benghazi, principal reduto rebelde, 8 mil pessoas atuam contra a revolução; 30 foram presos e alguns, executados

Quando preparava sua ofensiva contra Benghazi, há cerca de dez dias, Muamar Kadafi disse que não seriam as suas tropas que retomariam a "capital rebelde", mas sua própria gente. Naquele estágio, parecia uma afirmação intrigante – se não delirante –, considerando o apoio em massa que a "revolução" tinha no seu berço e tradicional reduto oposicionista.

Quando o formidável comboio de 25 tanques, 24 caminhões, 3 ônibus e outros 32 veículos se aproximava da cidade há uma semana – antes de ser destruído pelo primeiro bombardeio francês –, os benghazis tiveram a amarga compreensão do que o ditador queria dizer. Células adormecidas dos "lejan thowria", literalmente "Comitês Revolucionários", que haviam desaparecido desde o início do levante, havia um mês, despertaram para acorrer à cidade.

"Os comitês impuseram uma ameaça maior que as tropas, porque elas têm uma posição clara, enquanto que eles estavam nos atacando pelas costas", compara Abdul-Hafiz Ghoga, vice-presidente do Conselho Provisório Líbio. Está a característica típica desses tendáculos invisíveis do regime de Kadafi: os libios não sabem – e em alguma medida ainda não sabem – quem eles são, de onde os esperçam nem de onde podem atacar. Sua única certeza é de que então ali fazem parte de seu cotidiano. O medo e a invisibilidade os multiplicam.

Serjan, um professor de biologia de 26 anos, conta que os moradores



Quartel general. A sede dos comitês favoráveis a Kadafi em Benghazi

de seu quartelirão ficaram perplexos quando um vizinho "simpático e querido por todos" entrou em ação na manhã do dia 19, sábado, revelando sua identidade de lejan thowria. "Nós o matamos", diz Serjan com simplicidade. O que diferencia este de outros momen-

tos de crise na Líbia é que milhares de cidadãos comuns também têm fuzis retidos dos quartéis durante o levante. Não é mais só a milícia dos comitês que está armada.

Hoje, grande parte de seus integrantes é conhecida, não só porque eles se

revelaram no dia em que espalharam o pavor em Benghazi, disparando fuzis e granadas a esmo para matar o maior número possível de civis. Mas porque listas de cerca de 8 mil nomes destes colaboradores foram encontradas no Ministério do Interior. Segundo Ghoga, apenas 300 deles oferecem perigo em Benghazi. Desses, 30 foram presos, e alguns líderes, colocados sob prisão domiciliar. Outros têm sido executados.

"Demos-lhes chances de reconciliação no começo da revolução", recordou Ghoga, abrogado de direitos humanos. "Agora eles encontraram o seu destino desafortunado." Na noite de sexta-feira para sábado, houve intensos tiros e disparos de artilharia na cidade entre rebeldes e milicianos. A cidade de 1 milhão de habitantes é cenário de uma caçada humana a esta "quinta coluna", que em muitos casos se refugia em escolas, na Universidade de Garyura, em hospitais e até no zoológico, durante confrontos com os rebeldes.

Os combatentes rebeldes ergueram barreiras em Benghazi, que se intensificam à noite, para conter a ação desses milicianos. Alburar Caxos, um estudante de 36 anos que atua numa destas barreiras no seu bairro, conta que uma camêrhoneira passou por ele com quatro mulheres que levavam fuzis dentro. Ele telefonou para um amigo que estava na barreira seguinte. Tentaram pará-las e elas abriram fogo. Duas mulheres e um rebelde ficaram feridos. "Elas eram membros dos lejan thowria", espanta-se Caxos, habituado a tarefas mais domésticas para mulheres, na conservadora sociedade líbia.

A capitalidade dos comitês revolucionários – inspirados no modelo cubano – é muito maior. Sabri Mohamed conta que, quando era estudante de medicina, foi membro dos lejan thowria durante um ano. "Era a única forma de conseguir bolsa de estudos", explica ele. "Não importavam nossas notas, nada. Tínhamos de ser dos lejan thowria." O chefe do Departamento de Radiologia do Hospital Hawari foi preso depois do levante. Pertencia aos comitês.

O Centro Médico de Benghazi (CEM), outro importante hospital da cidade, era um reduto dos comitês. Seu diretor-geral, Mohamed Ibrahim, usava ambulâncias do hospital para transportar mercenários africanos do aeroporto para um quartel de Benghazi, no início do levante. Parte deles acabou se refugiando no hospital. O diretor-administrador, Omar al-Sudani, era um dos principais dirigentes da organização. Foi preso no domingo, dentro do hospital.

Nos primeiros dias do levante, nas cidades do leste do país, os manifestantes atacaram dois lugares: o quartel das kaxab (as brigadas de elite) e a sede dos comitês. "Todo mundo odiava quem trabalhava aqui, porque éramos todos considerados membros dos lejan thowria", diz Ezzedin Boudra, de 34 anos, cirurgião do CEM. Boudra foi aluno de Al-Sudani, que acumulava os cargos de diretor do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina e de secretário do Meio Ambiente de Benghazi. "Ele não ensinava nada, porque não sabia nada", diz Boudra, que questiona se Al-Sudani teve de fato formação médica. "Ele é gastroenterologista e nunca fez uma endoscopia. Como ninguém ia lá aulas, ele fotografava todos os alunos e passou a obrigá-los a frequentá-las."

"Quem era dos lejan thowria fazia tudo o que Kadafi mandava, e tinha tudo o que queria", resume o cirurgião. E, num certo sentido, um resumo do próprio regime.

PARA ENTENDER

Sistema líbio de vigilância coletiva é inspirado em Cuba

Os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) cubanos – nos quais aparentemente o regime de Muamar Kadafi se inspira para vigiar a sociedade líbia – foram fundados em setembro de 1960, em Havana, para exercer a vigi-

lância sobre as atividades políticas em "cada quarteirão" de Cuba. Oficialmente, eles têm como objetivo "desempenhar tarefas de vigilância coletiva contra a interferência externa e os atos de desestabilização do sistema político". Seus integrantes são cidadãos comuns, filiados ao Partido Comunista Cubano. Nos primeiros anos da revolução de Fidel Castro, eles entregaram às instâncias superiores do aparelho de inteligência do Estado

centenas de dissidentes, sob a acusação de subversão ou de associação com o imperialismo. Suas células estão ativas até hoje. Os CDRs são a mala poderes das organizações não governamentais de Cuba e têm ainda sob sua responsabilidade a mobilização dos partidários da revolução. Também participam em tarefas de saúde, higiene, de apoio à economia e de promoção da participação cidadã em distintos âmbitos políticos.